

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE – UNIVALE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

Fernando Coelho Freitas

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

Governador Valadares – MG
Maio de 2019

FERNANDO COELHO FREITAS

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola

Governador Valadares – MG

Maio de 2019

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

981.063

F866g

Freitas, Fernando Coelho.

O golpe civil-militar de 1964, uma abordagem território
[manuscrito] / Fernando Coelho Freitas. – Governador Valadares :
Univale, 2019.

84 f. ; 29,5 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Vale do Rio Doce,
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada
do Território – GIT, 2019.

Orientador : Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola.

1. Ditadura – Brasil. 2. Golpes de Estado. I. Espindola,
Haruf Salmen. II. Título.

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território – GIT
**ATA DA BANCA EXAMINADORA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FERNANDO COELHO FREITAS**

Matrícula N° 53.673

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezenove (31/05/2019), às 10h (dez horas), na sala 12, bloco PVA, na Universidade Vale do Rio Doce, reuniu-se a Comissão Examinadora da Dissertação de Mestrado intitulada “**O golpe civil-militar de 1964, uma abordagem territorial**”, Linha de Pesquisa: Território, Migrações e Cultura, elaborada pelo aluno Fernando Coelho Freitas. A Comissão Examinadora foi composta pelos professores: Dr. Haruf Salmen Espindola (orientador) – UNIVALE, Dr. Mauro Augusto dos Santos – UNIVALE e o Dr. Luiz Ademir de Oliveira – Universidade Federal de São João Del Rei. Abrindo a sessão, o presidente da Comissão, Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulares do Trabalho Final, passou a palavra ao mestrando Fernando Coelho Freitas para apresentação de sua Dissertação. Logo após a arguição dos examinadores, a Comissão se reuniu, sem a presença do mestrando e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora consideraram por unanimidade a Dissertação APROVADA. Trabalho relevante, que deve ser divulgado em publicações, para contribuir com as abordagens sobre o tema.

Em seguida, o resultado foi comunicado publicamente ao candidato pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou-se a presente Ata, que será assinada por todos os membros da Comissão Examinadora.

Governador Valadares, 31 de maio de 2019.



Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Orientador



Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Examinador



Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Examinador



UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Gestão Integrada do Território

FERNANDO COELHO FREITAS

“O golpe civil-militar de 1964, uma abordagem territorial.”

Dissertação aprovada em 31 de maio de 2019,
pela banca examinadora com a seguinte
composição:

Prof. Dr. Haruf Salmen Espindola
Orientador - Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Mauro Augusto dos Santos
Examinador - Universidade Vale do Rio Doce

Prof. Dr. Luiz Ademir de Oliveira
Examinador – Universidade Federal de São João Del Rei

*A Nivaldo Ramos Freitas, In memoriam, amado pai e
grande incentivador de meus estudos.*

*A Mirian Abigail Coelho de Freitas, amada mãe e
exemplo de luta.*

Agradecimentos

A realização deste trabalho contou com a ajuda e incentivo de muitas pessoas. Primeiramente destaco a inestimável ajuda da professora doutora Eunice Nonato, que muito contribuiu para meu prosseguimento no programa.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Haruf Salmen Espindola, que foi mais que um orientador. Teve paciência e sensibilidade nos momentos mais difíceis.

Agradeço a Maria Elizabeth Rodrigues, secretária geral da Assessoria de Pesquisa e Pós-Graduação – APPG.

A professora doutora Maria Terezinha Bretas Vilarino.

A Amanda Carla, minha companheira e amiga.

A CAPES, que custeou a maior parte dos estudos.

Às demais pessoas que contribuíram, mas que porventura não estejam aqui citadas.

RESUMO

O golpe civil-militar brasileiro de 1964 já foi estudado sob diversas perspectivas. A grande maioria das obras abordou o tema a partir da escala do Estado-Nação. Esta dissertação tem como objetivo verificar a pertinência de uma abordagem territorial, ou seja, se territorialidades distintas estão presentes: uma nacional (centralidade hegemônica) e uma regional (centralidade periférica). São definidas por razões encontradas na historiografia brasileira as cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, respectivamente centralidade e periferia. O primeiro capítulo faz uma breve análise da conjuntura política, com ajuda de obras clássicas sobre o tema do golpe de 1964; constrói a crítica na busca de uma abordagem territorial utilizando como referência conceitos da nova geografia política que emergiu nos anos de 1980, particularmente os estudos sobre território e territorialidade. O segundo capítulo discute as questões metodológicas que fundamentam a utilização de dois jornais como fonte para análise da opinião pública: o *Jornal do Commercio* e o *Correio do Povo*, respectivamente do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo. O último capítulo apresenta a análise dos jornais, dividida em dois momentos: o primeiro, de 24 a 31 de março de 1964, centrado nas Reformas de Base; e o segundo abrange de 1 a 7 de abril, com foco no golpe civil-militar brasileiro. A divisão se justifica para perceber se houve variação da opinião pública anterior e posterior ao golpe, que possibilitem verificar a hipótese de que a dimensão territorial estava em jogo na conjuntura política, para além dos elementos político-ideológicos.

Palavras-Chave: Golpe civil-militar de 1964; Reformas de Base; Jornal do Commercio; Correio do Povo; Opinião Pública.

ABSTRACT

The Brazilian civil-military coup of 1964 has already been studied from various perspectives. The great majority of the works approached the theme from the scale of the Nation-State. This research aims to determine the relevance of a territorial approach, that is, if distinct territoriality are present: a national (hegemonic centrality) and regional (peripheral centrality). The cities of Rio de Janeiro and Porto Alegre, respectively centrality and periphery, are defined for reasons found in Brazilian historiography. The first chapter gives a brief analysis of the political conjuncture, with the help of classic works on the theme of the 1964 coup; constructs the critique in the search for a territorial approach using as reference concepts of the new political geography that emerged in the 1980s, particularly the studies on territory and territoriality. The second chapter discusses the methodological issues that underlie the use of two newspapers as a source for analysis of public opinion: the *Jornal do Comercio* and *Correio do Povo*, respectively in Rio de Janeiro and Porto Alegre. The methodology used was content analysis. The last chapter presents the analysis of the newspapers, divided into two moments: the first, from March 24 to 31, 1964, centered on the Basic Reforms; and the second covers from April 1 to 7, focusing on the Brazilian civil-military coup. The division is justified to see if there was a variation of the previous public opinion and after the coup, that allow to verify the hypothesis that the territorial dimension was at stake in the political context, in addition to political and ideological elements.

Keywords: Civil-military coup of 1964, Basic Reforms, *Jornal do Comercio*, *Correio do Povo*, Public Opinion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

ESG – Escola Superior de Guerra

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

NYT – New York Times

SLARDES – Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior.

SUPRA – Superintendência da Política Agrária

ONU – Organização das Nações Unidas

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL	15
2.1 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E AS VARIAÇÕES CONCEITUAIS	15
2.2 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 SOB DIFERENTES ABORDAGENS ...	
2.3 CONCEITOS QUE SERVEM DE REFERENCIAL PARA A ANÁLISE E ESCOLHAS DAS FONTES	17 24
2.4 O RIO DE JANEIRO	27
2.5 PORTO ALEGRE	28
3 A OPINIÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A IMPRENSA	33
3.1 OPINIÃO PÚBLICA: CONCEITO E SUA UTILIZAÇÃO EM PESQUISA	34
3.2 O JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA	38
3.3 O <i>JORNAL DO COMMERCIO</i> (RIO DE JANEIRO)	42
3.4 O <i>CORREIO DO POVO</i> (PORTO ALEGRE)	43
3.5 EM BUSCA DE REFERENCIAIS E ESTRATÉGIA DE PESQUISA	44
4 A OPINIÃO PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO E DE PORTO ALEGRE	51
4.1 EM BUSCA DE SINAIS DA TERRITORIALIDADE NA CONJUNTURA QUE ANTECEDE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL	51 51
4.2 REFORMAS DE BASE	51
4.3 EM BUSCA DE SINAIS DA TERRITORIALIDADE NA CONJUNTURA POSTERIOR AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL	62
4.4 GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL	63
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

O dia 31 de março de 1964 representa uma data marcante para a história do Brasil. Nesse dia iniciou-se em Minas Gerais a marcha em direção ao Rio de Janeiro que resultaria na deposição do Presidente da República. Formalmente a capital havia mudado para Brasília, porém a verdadeira centralidade do poder estava ainda no Rio de Janeiro. A derrubada do poder ou a tomada do poder significava efetivamente ocupar o Rio de Janeiro, como ocorrera 34 anos antes, quando as forças que apoiaram Getúlio Vargas tomaram a capital. No dia 31 de março, as tropas comandadas pelo General Olympio Mourão Filho marcharam em direção ao Rio de Janeiro em nome do combate ao comunismo e da defesa da democracia. Foram essas as principais justificativas daqueles que realizaram o golpe civil-militar de 1964. Tal denominação se justifica, pois da trama golpista participaram tanto setores militares quanto da sociedade civil.

Poucos temas da história política brasileira são tão polêmicos como o golpe civil-militar de 1964. Passado mais de meio século do evento, ele não pode ser considerado um evento histórico do passado, pois continua sendo discutido nas universidades, na mídia, nos embates políticos presentes e em rodas de conversa das mais variadas. A produção bibliográfica sobre o tema é bastante significativa e somam milhares de referências, entre livros e artigos. Destaca-se nesse trabalho as contribuições de Dines et. al (1964), Silva (1975), Dreifuss (1980), Skidmore (1982), Figueiredo (1993), Motta (2006) e Gomes Ferreira (2014). Além dessas obras, também se utilizou os historiadores Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, pelas grandes contribuições ao assunto.

Ao examinar os diferentes estudos, particularmente os citados acima, constata-se que os estudos sobre o golpe não o consideram numa perspectiva territorial. A questão aqui levantada pode ser formulada da seguinte maneira: além dos fatores políticos, sociais e econômicos já estudados por autores consagrados, podem ser encontrados elementos que demonstrem a presença de territorialidades distintas no interior da conjuntura nacional, ou seja, tensões de natureza territorial?

Nosso objetivo neste trabalho é contribuir a respeito do tema ao fazer uma pesquisa interdisciplinar, partindo da História, que é nossa formação básica, e dialogando com conhecimentos provenientes da Política, Jornalismo, Psicologia Social e, principalmente, da Geografia. Partimos de uma compreensão conceitual proposta pela geografia política de Raffestin (1993), de que a análise deve romper com a concepção unidimensional prevalente, que reduz todos os fenômenos políticos significativos a uma única escala: a do

Estado. Consideramos as noções de centralidade e periferia propostas pelo referido geógrafo para definir duas capitais que expressassem centralidade nacional e centralidade periférica, sendo elas Rio de Janeiro e Porto Alegre, respectivamente. Com esse horizonte, essa dissertação foi dividida em três capítulos: 1º) O golpe civil-militar de 1964, em busca de uma nova abordagem; 2º) A opinião pública e sua relação com a imprensa; 3º) A opinião pública do Rio de Janeiro e de Porto Alegre.

No primeiro capítulo, apresentamos alguns conceitos que já foram utilizados para se referir ao golpe civil-militar e explicamos o porquê das variações. Alguns pontos centrais das obras clássicas são citados e concluímos que elas foram feitas a partir da utilização da escala Estado-Nação. Utilizamos as recomendações sobre escala feitas por Santos (1988) para propor uma ampliação da escala com a finalidade de maximizar alguns detalhes que, muitas vezes, passam despercebidos na pequena escala. Com base nas considerações apresentadas nesse capítulo, se decidiu pela utilização das duas fontes examinadas no capítulo terceiro: o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *Correio do Povo* de Porto Alegre. O fundamento dessa escolha está na compreensão de que o exame analítico dessas duas fontes permitiria perceber detalhes que atenderiam os propósitos desse estudo.

Ainda no primeiro capítulo, refletimos sobre a questão territorial, com base na obra de Raffestin (1993), particularmente sobre os conceitos de poder, território, territorialidade, nodosidade, capital e periferia. Essas noções foram usadas para examinar a realidade brasileira, a partir da noção de formação histórica do território, possibilitando definir duas centralidades: uma nacional e outra periférica. A primeira seria a cidade do Rio de Janeiro e a segunda a cidade de Porto Alegre. Se a historiografia aponta momentos em que essas duas centralidades estiveram em oposição, chegando-se ao risco da secessão por ocasião da Guerra dos Farrapos, levantamos a hipótese de que em 1964 estiveram presentes dimensões territoriais (territorialidades distintas), para além dos embates políticos-ideológicos.

No segundo capítulo, utilizamos Remond (2003), Becker (2003) e Jeanneney (2003) para fundamentar as escolhas metodológicas e os caminhos seguidos. A questão era saber se podíamos utilizar os jornais como parâmetro para analisar a opinião pública e, ao mesmo tempo, se essa permitiria responder a hipótese levantada. Partimos da premissa encontrada em Becker e Jeanneney de que em países cuja imprensa é livre é muito provável que a opinião pública esteja refletida nos jornais, ou seja, existe uma sintonia entre o conteúdo jornalístico e a opinião pública.

Como foi dito, a escolha recaiu sobre o *Jornal do Commercio* e o *Correio do Povo*, representando, respectivamente, o Rio de Janeiro e Porto Alegre, como fontes primárias para

a análise da opinião pública. São explicados os motivos da escolha dos dois periódicos: tempo de existência, tradição, princípio editorial, influência, entre outros. O recorte temporal pensado foi de quinze dias (24/03/1964 a 07/04/1964), abrangendo a semana que antecede o golpe civil-militar de 1964 e a semana que se segue. Por razões práticas e de tempo, considerando a necessidade de analisar a opinião pública dinâmica, definimos apenas dois temas marcantes daquela conjuntura, a partir da aplicação do método escolhido: análise de conteúdo de Bardin (1977).

No terceiro capítulo, apresentamos o resultado com a análise do conteúdo jornalístico, dividido em dois momentos; anterior (24/03/1964 a 31/03/1964) e posterior ao golpe (01/04/1964 a 07/04/1964). No primeiro momento, selecionamos trinta e duas matérias, catorze do *Jornal do Commercio* e dezoito do *Correio do Povo*, relacionadas às Reformas de Base. O conteúdo selecionado ainda foi dividido nas seguintes subcategorias: reformas, reforma agrária, reforma urbana, reforma eleitoral, plebiscito e golpe. No segundo momento, selecionamos cento e vinte e sete matérias, quarenta e sete do *Jornal do Commercio* e oitenta e três do *Correio do Povo*, relacionadas ao golpe civil-militar. O conteúdo selecionado também foi dividido em subcategorias, conforme o método utilizado.

A análise do conteúdo demonstrou que os jornais são importantes fontes para o estudo da opinião pública, indicando indícios que contribuem para afirmarmos ser pertinente se avançar em pesquisas que utilizem a abordagem territorial para examinar a conjuntura política de 1964.

2 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, UMA ABORDAGEM TERRITORIAL

2.1 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E AS VARIAÇÕES CONCEITUAIS

O fim do mês de março e o início do mês de abril de 1964 marcaram significativamente a História do Brasil. Nesse período, o presidente da República, João Goulart, foi destituído de seu cargo sem que fosse submetido a um processo de impeachment, como era previsto na Constituição de 1946. Não foi uma novidade para o processo histórico brasileiro, pois outros chefes da nação, em momentos distintos, já foram destituídos sem que as regras impostas pelas constituições vigentes fossem seguidas¹. Falar sobre o movimento responsável por destituir Goulart é tratar de assunto polêmico, que envolve variadas interpretações e sentimentos. Tais polêmicas podem ser percebidas já para se determinar a data representativa para a ação e o conceito utilizado para defini-la.

Em 31 de março de 1964, o regimento do exército sob o comando do General Olympio Mourão Filho rebelou-se contra o chefe das Forças Armadas, o presidente João Goulart. Inicialmente, Jango considerou ou desejou que fosse um movimento isolado e de solução relativamente simples (FERREIRA e GOMES, 2014). Havia, por exemplo, o regimento sediado em São Paulo, liderado por Amaury Krueel, com poder capaz de derrotar o levante iniciado em Minas Gerais, portanto, aparentemente, não era motivo para desespero. Enquanto as tropas mineiras marchavam, o presidente consultou seus ministros militares para tentar compreender a real dimensão do movimento e quais as possibilidades de ação no sentido de contê-lo.

Não é consenso, mas não é incomum encontrar obras sobre 1964 que afirmam que o exército havia dormido legalista em 31 de março, ou seja, um grande número de tropas confirmou sua lealdade ao presidente naquele dia, o que o tranquilizaria. Dessa forma, considerar o dia 31 de março como a data representativa para tratar do movimento que veio a destituir o presidente não parece ser a mais adequada, já que ainda havia apoio militar para a situação de um possível conflito com a tropa rebelada.²

Utilizar o dia 31 de março de 1964 como representativo para se explicar a destituição do gaúcho João Goulart acaba por desconsiderar os desdobramentos causados pela rebelião

¹ Não é intenção deste trabalho fazer paralelos ou comparações entre a deposição do presidente João Goulart com a de outros presidentes. No entanto, é importante registrar que não foi um fato isolado na História do Brasil.

² Entretanto, Caio Navarro de Toledo (2004, p. 24) afirma: “Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Alegando que não queria assistir a uma “guerra civil” no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva — de caráter intimidatório — contra os sediciosos que vinham de Minas. Preferiu o exílio político.”

militar protagonizada pelo regimento liderado pelo General Olímpio Mourão Filho. Tal ação veio a desencadear na declaração de vacância do cargo da presidência da República pelo civil Auro Moura de Andrade, então presidente do Congresso, no dia 02 de abril de 1964. Em sessão excepcional, convocada para reunir as duas casas, Câmara dos Deputados Federais e Senado, o senador pela União Democrática Nacional (UDN) fez a leitura do comunicado presidencial, redigido pelo então chefe da casa civil, Darcy Ribeiro, que explicava o porquê do presidente da República ter deixado Brasília, sede do governo Executivo Federal, e partido para o Rio Grande do Sul.

Naquela oportunidade (dois de abril), o senador Auro de Moura Andrade, após a leitura do comunicado redigido por Darcy Ribeiro, invocou o artigo 79 da Constituição vigente³ para acusar o presidente de ter deixado a sede do governo em “hora angustiosa da vida brasileira”. Após tal acusação, ele declara vaga a presidência da República e empossa o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli⁴, como novo presidente do país.

O movimento aconteceu com o apoio de grandes lideranças militares de outros estados da federação e, também, com lideranças civis da época, tais quais: os governadores de Minas Gerais, Guanabara⁵, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, sendo eles, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Nei Braga e Ildo Meneguetti, respectivamente.

Devido a essa aliança entre lideranças civis e militares conceituaremos o evento como golpe civil-militar de 1964. No entanto, o evento já foi conceituado de outras maneiras, como: rebelião, revolução, contragolpe e golpe militar. O conceito de rebelião e revolução foi consideravelmente utilizado por muitos periódicos que circulavam nas cidades do Rio de

³ Constituição de 1946, vigente a partir de 18 de setembro de 1946, em seu artigo 79 estabelece que:

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html> (Acessado em 21/05/2018 às 09:30).

⁴ Áudio da sessão do Congresso encontrada em https://www.youtube.com/watch?v=J6vh_oOBfCg&t=24s (Acessado em 21/05/2018 às 09:34).

⁵ A Guanabara foi um ente federativo que surgiu após o Distrito Federal ser transferido do Rio de Janeiro para Brasília em 1960. O estado da Guanabara correspondia praticamente à cidade do Rio de Janeiro. A cidade continuou exercendo seu papel de centralidade, mesmo quando deixou de ser a capital, como aponta Raffestin, 1996, p. 193. A importância política da cidade do Rio de Janeiro também continuava forte em 1964 (FERREIRA e GOMES, 2014).

Janeiro e São Paulo. Tais periódicos não abordaram a ação militar como um golpe (FERREIRA e GOMES, 2014).

A ideia de um contragolpe fundamenta-se no temor existente à época da execução de um golpe comunista ou um golpe organizado pelos grupos de esquerda. Assim, a ação dos militares teria sido preventiva frente à ameaça de um possível golpe comunista que, aparentemente, vinha sendo planejado. Por esse motivo já se conceituou como contragolpe (SILVA, 1975).

O conceito de golpe militar foi, possivelmente, o mais utilizado por pesquisadores a respeito do evento, e é o mais utilizado na contemporaneidade por diversos setores da sociedade. A utilização desse conceito deve-se a, pelo menos, dois fatores: primeiro, a experiência de um regime militar (1964-1985), subsequente ao golpe civil-militar de 1964, marcado por perseguições aos grupos de esquerda, principalmente comunistas, e, segundo, a escolha do dia 31 de março de 1964 como a data símbolo para a ocorrência da ação.

O fato de o Brasil ter vivido 21 anos sob o regime militar acaba por influenciar na percepção sobre o processo que derrubou o Presidente Goulart em 1964. Essa influência é caracterizada, aparentemente, pela ideia de que os militares articuladores do movimento haviam planejado, com antecedência, a tomada do poder e sua permanência à frente do Executivo Federal (FIGUEIREDO 1993, DELGADO 2009 e FERREIRA e GOMES, 2014).

O golpe civil-militar brasileiro de 1964, além dessas questões conceituais já discutidas, também já foi explicado a partir de diversas perspectivas. Veremos a seguir o resultado de nossa pesquisa bibliográfica, com foco nas obras consideradas clássicas, com finalidade de definirmos a abordagem proposta nessa dissertação.

2.2 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 SOB DIFERENTES ABORDAGENS

Ainda em 1964 foi publicada uma importante obra que propôs discutir a conjuntura política do golpe civil-militar brasileiro. Em *Os idos de março e a queda em abril*, sete jornalistas (Alberto Dines, Antonio Callado, Araújo Netto, Carlos Castello Branco, Cláudio Mello e Souza, Eurilo Duarte, Pedro Gomes e Wilson Figueiredo) abordaram personagens políticos de destaque daquele cenário com o objetivo de deixar um registro histórico contemporâneo aos fatos. Tal obra serviu como referência para outras posteriores (DREIFUSS 1981, SKIDMORE 1982 e MOTTA 2006).

A discussão apresentada em Dines et. al (1964) contribuiu, em especial, para três entendimentos a respeito dos eventos relacionados ao golpe civil-militar de 1964: o comício

da Central do Brasil (comício das esquerdas) acelerou a radicalização dos grupos que lutavam pelo poder; março foi o mês mais agitado daquela conjuntura; e Amauri Krue⁶ não havia decidido, ainda, se apoiaria os militares rebelados, quando iniciou o movimento em Minas Gerais.

João Goulart e Amauri Krue⁶ teriam conversado, em 31 de março de 1964, três vezes por telefone, antes que o General decidisse apoiar o movimento. Em todas as oportunidades Krue⁶ teria prometido ficar ao lado de Goulart com a condição de o presidente afastar-se dos grupos considerados subversivos, principalmente o Comando Geral dos Trabalhadores⁷ (CGT). Somente após a terceira negativa do presidente, alegando não abandonar os grupos que historicamente o apoiaram, o General decidiu apoiar o movimento (DINES et. al. 1964). É comum às referências a tese de um exército legalista em 31 de março e golpista em primeiro de abril (DINES et. al. 1964, HÉLIO SILVA 1975, FIGUEIREDO 1993 e FERREIRA e GOMES 2014). Aparentemente, alguns comandos militares só apoiaram o movimento, deflagrado primeiramente em Minas Gerais, após Krue⁶ decidir se aliar ao movimento.

O historiador norte-americano Thomas Skidmore propõe não ser possível compreender o golpe sem considerar as mudanças provocadas no Brasil pelo movimento responsável por levar Getúlio Vargas ao poder nacional em 1930. Para Skidmore (1982), a chegada de Vargas ao poder, após o evento conhecido como Revolução de 1930, marcou uma mudança significativa na forma de se fazer política no território brasileiro. A administração varguista possibilitou, em médio prazo, a ascensão do que ficou conhecido como populismo. O golpe de 1964 seria o resultado do esgotamento da política populista (SKIDMORE, 1982).

Silva (1975) propõe que o movimento das tropas militares em 1964 fez parte de uma tradição histórica das Forças Armadas a partir da Proclamação da República. Em conjunturas de tensão política, social e econômica, em diferentes anos (1922, 1924, 1935, 1937, 1945, 1954, 1955 e 1961), os militares interferiram com intuito de apaziguar a situação e garantir a ordem no país (SILVA, 1975). O exército agia como uma espécie de poder moderador. O autor destaca que a conjuntura que antecede 31 de março de 1964 era demasiadamente complexa, pois as instituições estavam incapazes de encontrar soluções democráticas, políticas conciliatórias via Congresso Nacional, devido à multiplicidade de ideias e interesses que existiam até em um mesmo partido político.

⁶ General que comandava o mais forte regimento do exército da época.

⁷ Entidade sindical aliada ao que San Tiago Dantas chamava de esquerda negativa. Era um grupo sindical considerado radical, que organizou diversas greves no país. O CGT não seguia as determinações do presidente João Goulart.

Neste sentido, o autor enfatiza a falta de harmonia, existente à época, entre o poder Legislativo e o Executivo. A disputa entre os dois poderes dificultava uma aliança visando às mudanças estruturais propostas pelo Governo como, por exemplo, as reformas de base.

Na verdade, havia um bloco coeso, conservador, contrário às reformas. Enquanto o outro bloco apoiava a renovação, isso independentemente das legendas. Sem obediência às lideranças, porque o Legislativo e o Executivo não eram mais dois poderes harmônicos e sim duas forças conflitantes (SILVA, 1975, p. 25).

Um dos mais citados autores pela historiografia que trata a respeito do golpe civil-militar é o Dreifuss (1981). A obra do autor uruguaio é, provavelmente, a análise marxista mais famosa. Para ele as políticas populistas desagradavam aos interesses das grandes empresas e corporações capitalistas, principalmente as norte-americanas. Estas empresas investiram na formação, em território brasileiro, de intelectuais orgânicos responsáveis por influenciar as elites políticas e econômicas brasileiras. O golpe, assim, teria sido resultado da expansão e/ou influência do que os marxistas chamam de “o grande capital”.

A influência do capital estrangeiro sobre as instituições militares, em particular a Escola Superior de Guerra⁸, segundo Dreifuss, foi importante para consolidar no imaginário militar uma maior aceitação para os princípios capitalistas em detrimento do pensamento comunista. A sociedade civil fora influenciada a partir de investimentos estrangeiros em dois órgãos de grande importância, que agiram no sentido de desestabilizar o governo Jango. Tais órgãos foram o Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

Hélio Silva (1975), assim como Figueiredo (1993) e Ferreira e Gomes (2014), consideram a Campanha da Legalidade⁹ protagonizada por Leonel Brizola, com apoio de grande parte da população gaúcha, um momento marcante para entender a radicalização pela qual o país passou durante o governo Goulart (1961-1964). Jango conviveu por praticamente todo o seu mandato com pressão proveniente de diversos setores da sociedade.

Segundo Silva (1975, p. 26):

A agitação manifestada nas greves, nas reivindicações de direitos, de salários que tumultuaram a gestão Jango Goulart denunciava o conflito profundo que existia entre as massas urbanas, sem estruturação definida e com lideranças populistas, e a estruturação definida e com lideranças populistas, e a

⁸ Instituição de significativa importância dentro das forças armadas, pois contribuía para formar a intelectualidade de muitos oficiais.

⁹ Falaremos um pouco mais sobre a Campanha da Legalidade ao fim do capítulo.

estrutura de poder que ainda controlava o Estado. Enquanto os líderes populistas reivindicavam rápida modernização do País, as modificações estruturais, as reformas de base, a classe dominante tradicional usou a pressão populista como espantalho para submeter ao seu controle os novos grupos patrimoniais, surgidos com a industrialização. É este conflito de poder que ocupa o centro da luta política e torna impraticável a execução de qualquer programa por parte dos dirigentes.

As reformas de base e a dificuldade em aprová-las, segundo as regras democráticas vigentes em 1964, representam a temática central da obra de Argelina Figueiredo. A autora propõe que o golpe civil-militar de 1964 não foi resultado de uma toda poderosa aliança direitista contra o governo Goulart. Ela também não defende a tese da inevitabilidade do golpe (FIGUEIREDO, 1993). Para a autora, o golpe aconteceu em 31 de março de 1964, mas poderia ter acontecido em outra data, ou, não ter acontecido.

A interpretação da inevitabilidade do golpe, aparentemente, baseia-se no fato de o Brasil ter vivido por período não democrático (1964-1985), marcado por governantes militares eleitos indiretamente, via Congresso Nacional, ou seja, o golpe aconteceria de qualquer maneira, pois já havia um plano dos militares para permanência no poder. Para a autora, a crise marcada pela posse de João Goulart tinha características semelhantes à crise que levou ao golpe civil-militar de 1964. Fatores estruturais relacionados à política e a economia já estavam presentes na crise 1961, mas o golpe só aconteceu em 1964 (FIGUEIREDO, 1993).

Figueiredo (1993) baseia sua análise em um aspecto importante, que acaba por romper com as análises que veem o golpe como inevitável, dentro daquele conturbado cenário político.

Para ela,

O fato de a história ter tomado um curso determinado não é razão para crer que cursos alternativos fossem *ex ante* impossíveis. O fato de o 'pacto populista' como tal não mais se sustentar não significa que o resultado autoritário fosse inevitável (FIGUEIREDO, 1993, p. 27).

Assim, os acontecimentos marcantes daquele período acabaram por conduzir ao golpe civil-militar, mas poderia não ter tal desfecho. A autora faz sua análise observando como o presidente João Goulart e os diversos grupos políticos posicionavam frente ao debate em prol das reformas de base.

Ela argumenta que:

[...] entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas. Existiram duas oportunidades para implementar um conjunto variável de reformas, e ambas falharam por diversas razões. O efeito acumulado destes dois fracassos estreitou o campo de ações possíveis ao governo e condenou ao fracasso uma tentativa subsequente de se formar uma frente de centro-esquerda que visasse obter um acordo sobre um programa mínimo de reformas e deter iminente movimento direitista. Nesse momento, a oposição ao governo havia crescido e ampliado sua base de apoio, à medida que outros grupos foram se juntando ao bloco antigovernamental. O confronto entre os grupos políticos competidores acirrou o crescente consenso negativo em relação às possibilidades de resolver o conflito dentro das regras democráticas (FIGUEIREDO, 1993, p. 30 e 31).

O historiador Rodrigo Pato de Sá Motta fez uma análise do governo Jango a partir das caricaturas de jornais que circulavam à época. Sua análise demonstra a antipatia da grande mídia para com a figura de João Goulart e o não apoio às suas propostas políticas. A frequente utilização de charges atribuindo ao presidente uma imagem negativa teria contribuído para consolidar a ideia de que o país vivia um momento dramático e o principal responsável seria o presidente da República. Para o autor, o golpe ocorreu “devido ao medo de uma possível revolução social, conduzida por um presidente aliado aos comunistas” (MOTTA, 2006, p. 180).

Ferreira e Gomes (2014) fazem uma leitura do golpe semelhante ao que foi discutido por Argelina Figueiredo. Na obra, os autores explicam o golpe a partir de questões marcantes ocorridas dentro do governo de João Goulart (1961-1964). A obra discute vários eventos do período Jango que contribuíram para com a crescente radicalização política, cujo auge se deu em março e abril de 1964. Para os autores, a radicalização que se acentuou a partir de setembro de 1963 tornou-se ainda maior por conta de três eventos ocorridos durante o mês de março de 1964: o comício da central do Brasil, a marcha da Família com Deus pela liberdade e a rebelião dos marinheiros.

Como salientam os autores,

No calor dos acontecimentos de março e abril de 1964 e das notícias propagadas pelas principais mídias do país, uma dicotomia foi se estabelecendo de forma clara: de um lado, o bem; de outro, o mal. Era impossível não tomar uma posição (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 15).

O mal seria representado por João Goulart e os grupos de esquerda que o apoiavam e o bem eram representados pelas pessoas vinculadas às marchas da família com Deus pela liberdade.

Essas obras clássicas trataram de compreender o evento a partir da conjuntura nacional ou tomando como referência as discussões existentes no eixo Rio-São Paulo. Essa abordagem, centrada na questão nacional, influenciou os estudos sobre o golpe civil-militar de 1964. Entretanto, é possível introduzir a dimensão espacial na análise para verificar se houve influência da territorialidade presente no federalismo brasileiro na conjuntura de 1964. Para isso, contribui a orientação proposta por Boaventura de Souza Santos: utilizar a noção de escala como ferramenta importante para se introduzir o espaço na análise dos fenômenos sociais. Para Santos (1988, p. 140), “... trata-se agora de investigar o que, nas relações sociais, resulta especificamente do facto de estas ocorrerem no espaço”.

Seguindo o raciocínio, o autor complementa dizendo que

[...] as diferenças de escala apesar de serem, na aparência, quantitativas, sejam, na realidade, qualitativas. Um dado fenômeno só pode ser representado numa dada escala. Mudar de escala implica mudar o fenômeno. Tal como na física nuclear, a escala cria o fenômeno (SANTOS, 1988, p. 144).

Para o autor, o nacional é uma escala que faz desaparecer os pormenores, portanto, se aumentarmos a escala, poderemos ver mais detalhes que ficam esquecidos nas análises feitas até aqui sobre o golpe civil militar. Assim, se poderia introduzir a dimensão da territorialidade existente no federalismo brasileiro. Nossa proposta é alterar essa escala para compreender como esses eventos foram percebidos, no período, pela opinião pública das cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre. Ao alterar a escala, acreditamos ser possível que alguns detalhes importantes surjam. Detalhes que, provavelmente, passaram despercebidos quando compreendidos em uma escala nacional. A seguir veremos três obras que propuseram compreender o golpe a partir de uma escala das unidades federativas.

A obra de Alessandro Batistella (2015) é um exemplo da alteração de escala. Em seu trabalho, *Os reflexos políticos do golpe no Paraná e as eleições de 1965*, o autor estuda como foi a participação das grandes lideranças políticas estaduais paranaenses dentro do contexto político que levou ao golpe civil-militar brasileiro de 1964. Segundo seu argumento, o apoio dado pelo governador paranaense Ney Braga ao movimento golpista, o colocou em condições de cassar seus opositores políticos após a vitória do movimento (BATISTELLA, 2015).

O estado do Pará, como aponta a obra de Cuellar e Petit (2012), também representava um foco da radicalização política, que caracterizava o cenário nacional. No dia 30 de março de 1964, ou seja, antes do golpe ser deflagrado, militares e estudantes de classe média alta interferiram na realização do I Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), que acontecia no auditório da antiga Faculdade de Odontologia, em Belém. (CUELLAR e PETIT, 2012). A ação ficou conhecida como “A noite dos Lenços Brancos”. Os jornais paraenses também ficaram contra João Goulart, associando os defensores das reformas de base como comunistas (CUELLAR e PETIT, 2012).

A obra de Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza faz uma análise dos acontecimentos políticos marcantes do estado de Goiás no período de 1962 a 1966. A autora investigou, entre outros pontos, a ação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) em território goiano e, principalmente, a participação do governador goiano Mauro Borges no contexto do golpe civil-militar. Segundo a autora, o alinhamento do governador ao movimento golpista não o colocou, necessariamente, em posição de adquirir muitos privilégios junto ao governo Castello Branco, até porque o Estado não possuía um parque industrial alinhado aos interesses do capital multinacional (SOUZA, 1990).

O que propomos fazer na presente análise é acrescentar um elemento novo na pesquisa a respeito do golpe civil-militar de 1964. A proposta consiste em compreender o Brasil como um território constituído a partir de relações de poder, no qual existem tensões entre os entes da federação, sendo que questões nacionais repercutem no nível regional em função de lógicas próprias a esse nível. A discussão sobre as relações de poder no processo de formação histórica do território encontra-se em Raffestin (1993, p. 183): “Destruir essa territorialidade [regional] é destruir toda uma simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal”.

Considerando que “discurso regional revela de uma forma muitas vezes patética o drama da desterritorialização e, por consequência, a crise da territorialidade” (RAFFESTIN, 1983, p.184), se buscará por indícios de resistência à desterritorialização resultante do processo de formação do Estado-Nação, tomando como referência um estado e sua capital (Porto Alegre), devido a sua tradição autonomista e de conflito com a capital nacional e o poder nela localizado. Alguns conceitos podem auxiliar nesse propósito: poder, território, centralidade versus marginalidade e territorialidade.

2.3 CONCEITOS QUE SERVEM DE REFERENCIAL PARA A ANÁLISE E ESCOLHAS DAS FONTES

Para Raffestin (1993), o território é marcado por relações de poder que acontecem nas mais variadas escalas. Segundo o autor, o conceito de poder é “rebelde a qualquer definição”. Não é possível criar uma definição pura e simples sobre o que de fato é o poder. Um primeiro ponto a ser discutido a respeito desse conceito está relacionado ao fato de ele ser escrito com letra maiúscula e minúscula. Sua grafia com maiúscula (Poder) está relacionada à soberania do Estado, portanto ao falar de Poder, como nome próprio, nos referimos à concepção das ações referentes ao Estado.

Já sua grafia com minúsculo (poder), nome comum, possui uma definição muito mais ampla. Para Raffestin (1993), o poder está presente em todas as relações, associado aos mais diferentes agentes e nas mais diferentes escalas. Ele propõe uma tentativa de definir o que é o poder a partir das seguintes proposições encontradas na obra de Michel Foucault (RAFFESTIN, 1993, p. 53):

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Dentre as proposições foucaultianas utilizadas por Raffestin destacaremos o último ponto que trata do poder e sua resistência, ou seja, a ação do poder, independente se com minúsculo ou maiúsculo, está diretamente ligada a uma resistência. Uma das manifestações mais marcantes das relações de poder é encontrada nas disputas políticas, que quando entendido como uma atividade humana está diretamente relacionada ao poder.

O significado clássico do conceito de política remonta ao grego antigo. Inicialmente o conceito era tido como um derivado do conceito de pólis (politikos), que se associava aos acontecimentos relativos à cidade. Com Aristóteles, o conceito passou a relacionar-se às funções do Estado ou como uma “ciência do governo”. A associação da política às práticas relacionadas ao Estado prevaleceu através do tempo no pensamento de outros autores, tal qual Hegel.

O que nos interessa na discussão a respeito da política é refletir sobre as relações de poder como manifestação do poder político que leva à formação do território do Estado-Nação, particularmente o território brasileiro. Interessa-nos compreender a política como dinâmica de relações de poder entre atores que ao agirem o fazem pela mediação do território.

O território é um conceito polissêmico que, assim como o conceito de poder, possui uma denominação complexa. São variados os autores que discutem o significado do conceito sob diferentes perspectivas. Esta dissertação utiliza o conceito de território proposto por Claude Raffestin. Segundo o autor, o espaço e o território não são sinônimos. O espaço seria um *a priori* e o território uma produção do espaço pela ação de atores com poder e devido às relações de poder entre atores.

De acordo com Raffestin (1993, p. 143 e 144):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço... O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si.

Para Raffestin (1993), o território do Estado Nação tem os atores sintagmáticos agindo a partir de um centro que ele denomina de capital. Segundo o autor, “O poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza em um lugar, em lugares que com frequência ele marca profundamente [...]” (RAFFESTIN, 1993, p. 186). O centro representa o Poder de determinar e/ou influenciar as ações relacionadas à política e a comunicação de informações. Por sua vez, na região, “o que está em jogo são as relações essenciais e existentes”, a afirmação da vontade de “relações simétricas com os seres, com os locais, o trabalho e o meio espaço-temporal”. Nesse sentido, a dimensão regional permitiria “redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se opunham às malhas abstratas propostas pelo Estado” (RAFFESTIN, 1993, p.185).

Para o autor, as três dimensões espaciais estão interligadas pelos atores que as fazem e as desfazem: Nodosidade, centralidade e marginalidade. “A nodosidade reúne os atores paradigmáticos que, se tiverem acesso à categoria de atores sintagmáticos, fundarão, se possível, uma centralidade que determinará uma marginalidade ipso facto” (RAFFESTIN, 1993, p. 188). A capital concretiza as tendências nacionais e estabelecem quais são as regiões consideradas periféricas.

De acordo com o autor:

A capital é a expressão, com duração mais ou menos estável, de uma representação política. A capital, ao simbolizar a centralidade de uma configuração política, ao mesmo tempo estabelece uma marginalidade, completa ou de parte daquilo que a contorna (RAFFESTIN, 1993, p. 191).

Essa centralidade discutida pelo autor pode estar relacionada à política, economia e a cultura, ou pode ser só econômica, só política ou só cultural. Em relação à política as questões principais são, na maior parte das vezes, definidas pela capital. Tal realidade encontra-se presente até mesmo em países com uma estrutura de governo federalista. Em relação ao aspecto sociocultural, a capital pode determinar a língua, a cultura e a informação que circulará dentro do território (RAFFESTIN, 1993).

O autor aponta que é importante considerar sempre o território formado a partir de relações de poder, cujas tensões não desaparecem com sua consolidação. Se de um lado o poder soberano (Estado-Nação) é uma construção a partir da capital, onde se localiza o poder que protagoniza a ação unificadora e criadora de uma nacionalidade; por outro lado, existem outras centralidades, que mesmo derrotadas, não deixam de manterem vivas suas pretensões fundadas em sua própria territorialidade.

Raffestin (1993) discute que, nas relações de poder que constroem a centralidade nacional, existe a resistência de poderes periféricos. Como exemplo, ele cita o caso da Sicília, que, historicamente, resistiu às determinações do centro do poder do Estado italiano. Um caso semelhante, não citado pelo autor, é o da Catalunha. Nos três últimos anos, as tensões entre a Catalunha e o poder central sediado na capital Madrid aumentaram significativamente em função da luta para se separar do território espanhol, com intuito de criar o território catalão independente.¹⁰

Dessa forma, a capital é capaz de impor determinada centralidade, ao estender seu poder e configurar um território que, se bem-sucedido, faz nascer um sistema territorial com territorialidade própria, mas que não evita a permanência de tensões contrárias, que no limite, podem tender à secessão¹¹. Isso implica considerar a multiterritorialidade, tendo em vista que

¹⁰ São muitas as matérias veiculadas pelos meios de comunicação. Veja no site da *BBC News Brasil*, publicado em 21 de outubro 2017, a matéria “Entenda a polêmica independência da Catalunha em quatro perguntas”. Veja também matéria no site do jornal *Estado de Minas*, publicado em 01/10/2018, com a manchete “Estudantes fazem manifestação em Barcelona a favor da independência da Catalunha”.

¹¹ A secessão é um dos componentes da territorialidade para David Sack (1986). Para o autor, as situações de perda de controle ou secessão decorrem dos efeitos inversos da tentativa para obtenção do controle organizacional hierárquico efetivo por um centro de poder. Os que resistem ao centro de poder podem fazer uso

a territorialidade nacional é uma construção que não elimina, obrigatoriamente, os territórios e identidades territoriais pré-existentes à construção da força unitária, a partir da capital.

A formação do território brasileiro, a partir do Primeiro Império e, principalmente, no Segundo Império, foi um processo marcado por múltiplas tensões entre o centro de poder que se construía na cidade do Rio de Janeiro, a chamada Corte (capital do Império), e as províncias vinculadas a esse centro, por vontade própria ou pela força das armas (Confederação do Equador, Guerra da Cisplatina, Cabanagem, Revolução Farroupilha, Balaiada, Revolução Praieira, entre outras). Dos diversos movimentos ocorridos no Império, apenas a Guerra da Cisplatina foi bem-sucedida com a separação da província e formação da República do Uruguai. Entretanto, em cada uma das partes (províncias, depois estados), se constituiu os centros de poder, que foram as capitais das províncias. Longe do centro de poder no Rio de Janeiro, se destacou durante o Império e na República, à margem da dinâmica nacional e em tensão com ela, o Rio Grande do Sul, cuja capital se consolidou em Porto Alegre. Nessa unidade da federação brasileira se constituiu uma territorialidade própria, que se auto identifica como gaúcha ou rio grandense, estabelecida em confronto com as decisões do centro, cuja capital era a cidade do Rio de Janeiro.

2.4 O RIO DE JANEIRO

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada em 1565 no contexto da disputa entre portugueses e franceses no litoral da colônia. A cidade que veio a ser conhecida como maravilhosa adquiriu significativa importância estratégica já nos tempos coloniais, tendo consolidado sua posição de centro de poder no século XVIII, em função do controle que a Coroa precisava exercer sobre as regiões auríferas, particularmente de Minas Gerais. O porto do Rio de Janeiro tornou-se a porta das exportações e das importações da capitania de Minas Gerais, principalmente por onde saíam ouro e diamantes e entravam escravos. Com a crescente importância ao longo da primeira metade do século XVIII, em 1763 o Rio de Janeiro se tornou capital, recebendo o Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra, Antônio Alves da Cunha.

A centralidade do Rio de Janeiro e sua condição de capital, nos termos mencionados por Raffestin (1993), se consolidou com a chegada da família real, em 1808, quando da transferência da Corte e da capital do Império português para a América Lusitana. Em 1815,

do território existente e fazer com que a luta tome uma forma territorial. SACK, Robert David. *Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, se reforça a posição do Rio de Janeiro, tendo em vista que, naquele momento, o príncipe regente Dom João decide não retornar para Lisboa, mesmo tendo terminado as Guerras Napoleônicas. A posição do Rio de Janeiro como capital foi decisiva no processo de Independência do Brasil, condição que se consolidou definitivamente no período monárquico (1822-1889).

A instauração do regime republicano, em 1889, representou uma significativa mudança na estrutura da política nacional. O movimento responsável pela proclamação aconteceu, fundamentalmente, na cidade do Rio de Janeiro, onde houve as articulações e todo o movimento foi tramado. A capital nacional continua na cidade durante mais de setenta anos da História do Brasil República. O fato da mudança da capital federal para Brasília, em 1960, não tirou a centralidade da cidade do Rio de Janeiro. Com a mudança, o Distrito Federal se tornou o estado da Guanabara. Apesar da inauguração de Brasília, a centralidade se conservou na cidade do Rio de Janeiro e adquiriu importância ainda maior durante a crise que antecede o golpe civil-militar de 1964.

Pode-se afirmar, com segurança, que a territorialidade brasileira foi constituída a partir da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, foi de onde se moldou a nacionalidade brasileira e partiu as diretrizes e ações que definiram a política nacional. Essa posição da cidade do Rio de Janeiro justifica a escolha que fizemos para identificar se existem componentes de territorialidades distintas na conjuntura anterior ao golpe civil-militar de 1964, indicando estarem presentes questões federativas sobrepostas à conjuntura política nacional, ao ponto de interferirem na percepção que os atores políticos expressam sobre a questão nacional envolvida no contexto. Para contrapor a essa centralidade representada pelo Rio de Janeiro se definiu a cidade de Porto Alegre.

2.5 PORTO ALEGRE

A História da ocupação das terras que viriam ser a cidade de Porto Alegre começa em 1752, com a chegada do primeiro grupo de casais açorianos que se instalaram no então Porto de Dorneles. Esses primeiros açorianos serviram de ponto de apoio aos novos casais imigrantes que chegavam para se instalar em outras regiões do atual Rio Grande do Sul. Esse grupo praticava a agricultura em pequenas propriedades e também criavam gado (LUVIZOTTO, 2009).

Em 26 de março de 1772 foi criada a freguesia de Porto dos Casais; em 1810, com a emancipação do município, a sede da freguesia foi elevada à categoria de vila; dois anos

depois, Porto Alegre passa a ser capital, com a criação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, e sede da comarca, que englobava também Santa Catarina. Em 1822 a vila foi elevada à condição de cidade.

A partir de 1824, a cidade passou a receber imigrantes de diferentes nacionalidades, como alemães, italianos, entre outros. A chegada desses imigrantes fazia parte da política adotada pelo governo brasileiro no início do século XIX. A intenção dessa política era atrair homens livres para formar uma camada social com profissionais livres habilitados a diversas funções, garantindo o povoamento da província do Sul. Os primeiros imigrantes saíram de regiões agrícolas europeias, mas o perfil se modificou a partir de 1848, com a entrada de artesãos e trabalhadores assalariados que emigraram por conta de revoluções políticas, que marcaram algumas regiões da Europa em meados do século XIX. O crescimento da região sul aconteceu em ritmo acelerado, e a cidade de Porto Alegre tornou-se uma centralidade marcante (LUVIZOTTO, 2009).

Não é nosso objetivo buscar uma afirmação que comprove a ideia de que o Sul é uma região que se sente diferente das demais regiões do Brasil. Nosso propósito aqui é destacar as particularidades da formação histórica do território em relação à História do Brasil, centrada no Rio de Janeiro. Na sua obra “O Povo Brasileiro”, Darcy Ribeiro dedica um capítulo particular à formação do Rio Grande do Sul, com o sugestivo título “Brasis Sulinos: gaúchos, matutos e gringos”. Como cita Luvizotto (2009, p. 23), da referida obra: “é uma área cultural complexa e singular e que sua característica básica, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural”.

Essa diferença se expressou politicamente se considerarmos que a cidade de Porto Alegre esteve no centro de, pelo menos, três importantes movimentos políticos, que em momentos distintos da História do Brasil, demonstraram uma oposição ao centro do poder nacional, representado pelo Rio de Janeiro: Revolução Farroupilha (1835-1845), a Revolução Federalista (1893-1895) e a Campanha da Legalidade (1961).

A Revolução Farroupilha foi um movimento marcante da História do Brasil, e o palco dos principais enfrentamentos foi Porto Alegre. A revolução, influenciada pelos movimentos liberais europeus, tinha o objetivo de proclamar uma república independente. O movimento nasceu do descontentamento dos estancieiros gaúchos com a política exercida pelo governo central, que era acusada de não repassar para a província sulista os valores tributários condizentes com o que se arrecadava no Rio Grande do Sul. Os integrantes do movimento pretendiam implantar uma República independente. O movimento foi um dos maiores desafios enfrentados por D. Pedro II em seus primeiros anos de governo. O fim da

Farroupilha não significou o esgotamento total das tensões entre a territorialidade gaúcha e a territorialidade nacional, representada pelas decisões do Rio de Janeiro (LUVIZOTTO, 2009).

Na transição da Monarquia para a República se encontra o outro momento que destacamos para realçar essa tensão entre territorialidades gaúcha e nacional, que expressa a disputa entre centralidade e periferia. Em fevereiro de 1893, passados três anos da Proclamação da República (15 de novembro de 1889), tem início a Revolução Federalista, uma guerra civil que iria durar até agosto de 1895. O Rio Grande do Sul vivenciou a mais grave e sangrenta guerra civil da história brasileira. Em aproximadamente 31 meses de enfrentamentos, um número entre 10 e 12 mil pessoas morreram em função do conflito.

O Rio Grande do Sul experimentou um crescimento populacional diretamente ligado à política migratória, que promoveu a entrada de um grande número de imigrantes europeus, entre os anos 1870 e 1890. Neste período a população do Rio Grande do Sul praticamente dobrou. Esse crescimento populacional acompanhou uma mudança na economia gaúcha, assim como na forma de pensar a vida.

Essa dinâmica histórica própria foi marcada pela guerra civil, que colocou de um lado os republicanos, que, liderados por Júlio de Castilhos, defendia uma ditadura positivista, muito distante do ideário liberal que dominava o Rio de Janeiro; e do outro lado os federalistas que, liderados por Gaspar Silveira Martins, eram monarquistas. As tropas federalistas chegaram a avançar até o Paraná, em direção ao Rio de Janeiro (LUVIZOTTO, 2009).

Em 1961, mais uma vez Porto Alegre e a cidade do Rio de Janeiro estiveram em situações opostas diante de um evento conturbado¹². Em 25 de agosto de 1961, o então presidente da República Jânio Quadros renunciou à presidência, sete meses depois de ter sido empossado. O vice João Goulart estava em missão diplomática na China e União Soviética, colocando em prática a tentativa do presidente em se criar uma política externa independente no contexto de Guerra Fria. A renúncia de Jânio Quadros foi utilizada por setores conservadores da época, sob a liderança civil de Carlos Lacerda, como pretexto para a tentativa de um golpe de estado no país. A iniciativa golpista tinha como objetivo não permitir a posse do Vice João Goulart, que era gaúcho e, no contexto da Guerra Fria, era identificado como simpático ao comunismo.

A resistência à tentativa de golpe teve como principal liderança o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, no movimento conhecido como Campanha da Legalidade,

¹² Dessa vez a capital do país já havia se transferido para Brasília, mas a centralidade nacional representada pela antiga capital do Império e da República não havia se perdido.

no qual se usou a transmissão radiofônica para defender a Constituição e a posse de João Goulart. O movimento contou com o apoio de um grande número de gaúchos e intensas manifestações políticas em Porto Alegre. A Campanha da Legalidade pode ser considerada como um movimento vitorioso, pois o gaúcho João Goulart foi empossado como presidente. No entanto, ele teve que aceitar a instituição de um novo sistema de governo. A solução encontrada à época, frente à crise política, foi a adoção do sistema parlamentarista, que significava a limitação dos poderes presidenciais.

Goulart teve que compartilhar com o primeiro ministro, Tancredo Neves, os poderes que, em um regime presidencialista, concentrava nas mãos do presidente (FIGUEIREDO, 1993).

Para a autora:

Como vimos, a tentativa de romper as regras constitucionais de sucessão e depor o presidente da República falhou em 1961. A ameaça de golpe dividiu os militares e encontrou uma forte resistência tanto por parte das forças pró-reformas que apoiavam o presidente constitucional, quanto por parte das forças conservadoras preocupadas em manter o processo eleitoral e garantir a realização das eleições presidenciais de 1965 (FIGUEIREDO, 1993, p. 171).

O movimento teve êxito, pois João Goulart assumiu a presidência da República, mesmo a contragosto de alguns setores militares e de Carlos Lacerda. Assim, mais uma vez a política brasileira presenciava uma disputa entre os interesses da centralidade representada pelo Rio de Janeiro e as reações concentradas em Porto Alegre. O governo do gaúcho João Goulart foi marcado por muitos momentos de insegurança e incertezas. Sua posse já demonstrava as muitas dificuldades pelas quais ele provavelmente passaria.

A posse foi garantida devido à Campanha da Legalidade e, em segundo lugar, pelo fato dos militares golpistas não contarem com apoio suficiente na opinião pública nem nos setores militares, particularmente do Rio Grande do Sul, que se mantiveram fiéis à Constituição. A agitação política continuou e a crise se instaurou com a crescente radicalização, chegando ao auge no mês de março de 1964. A crise desembocou no golpe civil militar de 31 de março de 1964 (FERREIRA e GOMES, 2014; FIGUEIREDO, 1993).

Nossa proposta pretende observar se no golpe civil-militar de 1964 a rivalidade demonstrada entre Porto Alegre e Rio de Janeiro também esteve presente, ou seja, havia questões de divergências de natureza territorial sobpostas às questões políticas da época. Se considerarmos o que afirma Raffestin (1993) sobre a comunicação como fundamental nas

“estratégias que os atores desencadeiam”, e associarmos à recomendação metodológica de René Rémond (2003, p. 196 e 197), quando esse afirma sobre os jornais como fonte: “Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais.” Assim, ainda conforme esse autor: “... por excelência é o testemunho de época, escrito se possível no momento do acontecimento, o que protege contra o anacronismo psicológico”. Dessa forma, propomos a partir de jornais da época, publicados no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, tentar encontrar elementos que confirmem a hipótese de que estão presentes elementos de territorialidade na crise política do golpe civil-militar de 1964.

3 A OPINIÃO PÚBLICA E SUA RELAÇÃO COM A IMPRENSA

Nossa proposta neste trabalho consiste em considerar a opinião pública como parâmetro para analisar se existiam diferenças de natureza territoriais envolvidas dentro da conjuntura que desencadeou o golpe civil-militar brasileiro de 1964. A questão aqui levantada pode ser formulada da seguinte maneira: além dos fatores políticos, sociais e econômicos já estudados por autores consagrados, como visto no capítulo anterior, podem ser encontrados elementos que demonstrem a presença de territorialidades distintas no interior da conjuntura nacional, ou seja, tensões de natureza territorial? Para responder a essa questão se considerou a hipótese de que a cidade do Rio de Janeiro era a centralidade da conjuntura nacional e de que a cidade de Porto Alegre representava uma tensão a essa nacionalidade, contrapondo-a com sua própria territorialidade.

Com o objetivo de verificar a hipótese de que existiria diferenciação de territorialidade e de que isso participava das tensões que marcaram o golpe civil-militar de 1964, consideramos a proposta de Rémond (2003) sobre os desafios para se escrever uma nova história política e, particularmente, se tomou o conceito de opinião pública de Becker (2003) e a orientação de Jeanneney (2003) de que a mídia pode ser uma fonte importante para a análise da opinião pública. Com base nisso, foi definido um periódico tradicional e regionalmente influente publicado na cidade de Porto Alegre e um jornal de influência nacional publicado no Rio de Janeiro, com o objetivo de analisar se refletem diferenças de territorialidade, ao abordar a conjuntura nacional do golpe civil-militar de 1964.

Para Motta (2014), as pesquisas de opinião pública do período do golpe civil-militar de 1964 não costumavam contemplar todas as unidades federativas e/ou regiões do Brasil. Essas centravam o universo de pesquisa, geralmente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, considerava-se a opinião pública brasileira a partir de uma centralidade que essas duas cidades representavam e, conseqüentemente, da região central (áreas core)¹³ que definem, a partir da premissa de que essa parte representa o todo ou, se não isso, que é a parte que é de fato importante considerar para a economia ou política nacional. Portanto, não existem dados que possibilitem demonstrar como a opinião pública dos diferentes entes federativos e/ou suas capitais, que compunham o Brasil, se posicionava frente às principais questões políticas discutidas na época. O curto tempo que o mestrado oferece não permite um estudo mais extenso e aprofundado, portanto se definiu uma contraposição entre a centralidade do Rio de

¹³ A utilização do conceito de centralidade (capital e core área) proposto está baseado em Raffestin (1993).

Janeiro e Porto Alegre (que supostamente, frente a essa centralidade representaria uma periferia). Temos consciência de que o ideal seria ter incluído capitais de outras unidades federativas.

3.1 OPINIÃO PÚBLICA: CONCEITO E SUA UTILIZAÇÃO EM PESQUISA

Mas o que de fato é a opinião pública? Este conceito não é fechado e de simples definição. Definir a opinião pública é tarefa difícil, como diz Becker (2003), e muitas vezes escapam pelas mãos do historiador como areia.

Para Matteucci¹⁴ (1998, p. 842):

A Opinião pública é de um duplo sentido: quer no momento da sua formação, uma vez que não é privada e nasce do debate público, quer no seu objeto, a coisa pública. Como ‘opinião’ é sempre discutível, muda com o tempo e permite a discordância: na realidade, ela expressa mais juízes de valor do que juízes de fato, próprios da ciência e dos entendidos. Enquanto ‘pública’, isto é, pertencente ao âmbito ou universo político conviria antes falar de opiniões no plural, já que nesse universo não há espaço apenas para uma verdade política, para uma epistocracia. A opinião pública não coincide com a verdade, precisamente por ser opinião, por ser *doxa* e não *episteme*; mas, na medida em que se forma e fortalece no debate, expressa uma atitude racional, crítica e bem informada.

Segundo o autor, o surgimento da opinião pública está relacionado com a formação do Estado moderno e a distinção conceitual e jurídica entre sociedade e Estado. A existência do fenômeno da opinião pública pressupõe o surgimento de uma sociedade civil e de uma imprensa organizadas, no contexto que estejam garantidas constitucional e efetivamente as liberdades de organização e livre expressão ou manifestação de opinião. Nesse sentido, como afirma Matteucci (1998, p. 842), a “opinião pública é um fenômeno da época moderna”. O autor destaca a necessidade de existirem “centros que permitam a formação de opiniões não individuais, como jornais e revistas, clubes e salões, partidos e associações, bolsa e mercado”. É preciso que exista a disposição e presença de “indivíduos associados, interessados em controlar a política do governo, mesmo que não desenvolva uma atividade política imediata”.

Complementando, Matteucci (1998, p. 842) diz que:

Por isso, a história do conceito de opinião pública coincide com a formação do Estado moderno que, com o monopólio do poder, privou a sociedade corporativa de todo o caráter político, relegando o indivíduo para a esfera

¹⁴ Responsável por escrever o verbete sobre opinião pública dentro do dicionário político de Norberto Bobbio.

privada da moral, enquanto a esfera pública ou política foi inteiramente ocupada pelo Estado.

No século XIX desapareceram os últimos traços da sociedade estamental corporativa de origem feudal, intensificou a industrialização, se generalizou urbanização e industrialização e consolidou o poder político-jurídico do Estado moderno. Nesse contexto, os indivíduos encontraram maneiras de se articularem e pressionarem os governantes para que esses adotassem medidas ou políticas públicas favoráveis aos grupos aos quais, juntos, formavam a opinião pública. Sob essa ótica, a opinião pública pode ser percebida como juízos de valor conjuntural em relação aos governantes, aos atores políticos, às políticas públicas e às decisões legislativas dos parlamentares.

Becker (2003) destaca a distinção que Martin Bauer faz entre opinião pública estática e opinião pública dinâmica. A primeira estaria relacionada à tradição, costumes, hábitos e formação moral e intelectual que compõem a ideologia de um determinado país, em uma determinada época. Não seria equivocado chamar a opinião pública estática de Bauer de história das mentalidades. Já a opinião pública dinâmica seria a reação da opinião diante do acontecimento, ou seja, refletem e interferem na conjuntura e formam o tempo de curta duração, como proposto por Fernand Braudel¹⁵. Utilizaremos a noção de opinião pública dinâmica neste trabalho.

A utilização da opinião pública em pesquisa histórica não chega a ser uma novidade¹⁶. Como aponta Becker (2003), o estudo de Charles Seignobos, publicado em 1921, já demonstrava a preocupação do historiador em se avaliar a opinião pública nos contextos de crise política. Em linhas gerais, o trabalho feito por Seignobos há praticamente um século conseguiu expor um questionamento que continua a suscitar debate: como os acontecimentos agem sobre a opinião pública e como esta influencia sobre o acontecimento?

Os trabalhos referentes à opinião pública, de acordo com Becker (2003), não se destacaram quantitativamente durante a primeira metade do século XX. O descrédito para com os estudos sobre opinião pública seria, para o autor, um reflexo do que acontecia, também, com a História Política de uma maneira geral. Tal descrédito estaria relacionado à convicção existente entre os historiadores da época “de que não existia história fora da

¹⁵ Braudel (1965, p. 264) afirma que o “acontecimento, a rigor, pode carregar-se de urna série de significações ou de relações... De minha parte, gostaria de fixá-la, aprisioná-la na curta duração: o acontecimento é explosivo...”.

¹⁶ O que temos de novo em nossa pesquisa é a utilização de conceitos e discussões provenientes da Geografia que possibilitam compreender a possibilidade da existência de opiniões públicas que se diferenciam por interferência de elementos relacionais de natureza territorial, expressando territorialidades distintas de indivíduo e, conseqüentemente, de comunidade de um determinado território (coletividade territorial).

história das estruturas” (BECKER, 2003, p. 186).

A História Política passou a ser criticada e acusada de factual e subjetiva, além de se preocupar apenas com os grandes personagens históricos e seus feitos, ficando “na superfície das coisas e se esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas” (RÉMOND, 2003, p.17). Para o autor, no entanto, analisar a política e fazer uma história política exige levar em consideração sua relação com a economia em um contexto que as estruturas influenciavam ou condicionavam as relações sociais.

As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos ‘esquecidos da história’ inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar a que tinham direito: ao contrário da divisa da Ação Francesa, não foram os 40 reis que primeiro fizeram a França, mas gerações de camponeses: a grandeza do reino fora edificada sobre o sofrimento dos humildes, a solidez dos regimes apoiava-se na obediência dos povos, e o crescimento das economias no esforço de multidões trabalhadoras (RÉMOND, 2003, p. 19).

A retomada dos estudos em História Política voltaria a ganhar prestígio a partir do “contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas” (RÉMOND, 2003, p. 29). Os trabalhos acompanhavam a tendência que discutiam a importância da interdisciplinaridade em pesquisas científicas.¹⁷ O movimento propunha a utilização do conceito de interdisciplinaridade como uma alternativa para os estudos de objetos e problemas considerados mais complexos, que extrapolavam os limites teóricos e metodológicos das disciplinas, isoladamente.

Conseguir estabelecer a relação entre o acontecimento e a opinião pública é um dos principais desafios de qualquer pesquisador que se propõe a estudar a opinião pública.

Becker (2003, p. 186 e 187) justifica essa dificuldade citando a revolução bolchevique de 1917:

[...] devido à insuficiência de documentação, ocorre muitas vezes de a história da opinião pública não nos permitir saber qual foi o comportamento real das populações diante de um acontecimento: por exemplo, qual foi a atitude da população russa em relação à revolução bolchevique? A revolução se impôs contra a vontade da maioria do povo russo ou, ao contrário, foi conduzida por ela, e seguindo que cronologia?

¹⁷ As discussões a respeito do conceito e utilização da interdisciplinaridade tiveram destaque na década de 1960 e foram difundidos durante a década de 1970, inclusive, com apoio de órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO (PHILIPPE, ARLINDO JR. Et al 2011).

Na abordagem proposta aqui, é preciso considerar que não existe classificação da produção historiográfica segundo temáticas importantes e aquelas sem importância. “Pode-se fazer história segundo todos os tipos de dimensões [...] A da opinião pública é uma história em profundidade”. Mas o que seria uma “história em profundidade”? Essa precisa ser compreendida como “uma história que tem como finalidade perceber, de maneira mais precisa e segura possível, a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos” (BECKER, 2003, p. 186). A história da opinião pública está inserida, portanto, no tempo breve (curta duração), que deve ser entendido como a reação imediata a um acontecimento preciso e num momento bem delimitado (BECKER, 2003).

Outra problemática em relação à opinião pública se refere à possibilidade dessa ser manipulada ou fabricada. Segundo Becker (2003, p. 192), é possível “definir a manipulação como a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado”. No entanto, essa manipulação pode tornar-se frustrada, pois a tentativa de manipulação pode obter um resultado inverso do desejado. Dessa forma, “uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública”. Os indivíduos que compõem a opinião pública não podem ser vistos como meros receptores de qualquer notícia circulada pelos grupos detentores do poder. É importante que consideremos a opinião pública inserida em um contexto, com interesses próprios, e independentes o suficiente para analisar criticamente uma conjuntura política ou conteúdo midiático.

Portanto, consideraremos a relação existente entre a opinião pública dinâmica e a mídia livre. “Nos períodos mais recentes, é sempre possível uma abordagem da opinião pública a partir do momento em que existe liberdade de imprensa, o que coloca a questão das relações entre a história da opinião pública e a imprensa” (BECKER, 2003, p. 195).

Focaremos em dois pontos abordados pelo autor: a ideia de haver opiniões públicas e ao fato de que a opinião muda com o tempo. A existência de opiniões públicas pode estar relacionada, entre outros fatores, com a existência de classes sociais distintas dentro da sociedade e de interesses diferentes dos vários grupos sociais. No Brasil, particularmente, no contexto do golpe civil-militar de 1964, será que estariam presentes, também, elementos específicos surgidos do processo de formação histórica dos seus territórios e, portanto, expressarem territorialidades próprias? Para verificar essa possibilidade, que se definiu a hipótese de que Porto Alegre e Rio de Janeiro, mesmo pertencendo ao mesmo país, poderiam expressar opiniões distintas a respeito dos acontecimentos políticos, em razão de o primeiro

ter uma territorialidade¹⁸ que se afirmaria pela distinção em relação à centralidade representada pela segunda.

3.2 O JORNAL COMO FONTE DE PESQUISA

Todos os dias, notícias e histórias chegam mais rapidamente em diferentes partes do mundo, graças à generalização de variados meios de comunicação, facilitando o acesso das pessoas aos eventos que ocorrem em todas as regiões do mundo. A esse fato deve ser acrescentada a crescente velocidade com que as informações circulam entre as pessoas e as sociedades. Com o advento da Internet, sites, blogs, redes sociais e diferentes plataformas de mídia atualizam os indivíduos instantaneamente sobre o que acontece no Brasil e no mundo. Desastres, atentados terroristas, manifestações políticas, sequestradores com os reféns, quedas de governos ou quaisquer eventos menos espetaculares podem ser acompanhados em tempo real em todas as partes do mundo. Antes mesmo dos veículos de comunicação chegar aos locais dos eventos, imagens circulam nas redes sociais, graças ao advento recente dos smartphones.

Entretanto, a televisão e o rádio ainda continuam sendo os veículos de comunicação de maior abrangência junto à população, sendo a televisão o principal meio de informação para a população brasileira.¹⁹ No Brasil, a televisão começa sua história no início dos anos 1950 e ganha notoriedade no decorrer das décadas seguintes, porém adquirir um aparelho televisor era possível apenas para setores mais privilegiados da sociedade brasileira, devido a seu preço elevado. Nas décadas de cinquenta e sessenta, do século XX, o veículo de comunicação de massa que abrangia todo território nacional era o rádio, mas o mais influente junto à opinião pública era a mídia impressa.²⁰ Tal discussão torna-se importante, pois nossa análise pretende utilizar dois jornais brasileiros, que circulavam em 1964, como fontes primárias para a presente pesquisa.

¹⁸ No lugar de territorialidade se poderia usar regionalismo, que é um termo mais usual, porém esse aceita ser a parte apenas uma variação do todo; já o primeiro pressupõe uma particularidade que decorre da especificidade que não se confunde com o todo.

¹⁹ A pesquisa realizada pelo IBOPE, no ano de 2017, contratada pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, constatou que “90% dos brasileiros se informam pela televisão sobre o que acontece no país, sendo que 63% têm na TV o principal meio de informação. A internet está em segundo lugar, como meio preferido de 26% dos entrevistados e citada como uma das duas principais fontes de informação por 49%”. Portal G1-São Paulo, publicado em 24/01/2017. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acessado em 18 de abril de 2019.

²⁰ Jornais e revistas.

Dado que os jornais impressos constituíam os principais elementos de opinião e ideias, são reconhecidamente os veículos mais importantes para o estudo sobre a formação dos juízos de valores que direcionavam a vida política e a organização dos diferentes interesses existentes na sociedade. Devido a essa importância e ao cuidado que se deve ter ao utilizar os jornais como fonte de pesquisa, torna-se necessário desenvolver uma análise sobre seu papel, conteúdo e relação que mantém com a opinião pública. Trata-se de uma tarefa demasiadamente complicada e com muitas variáveis, como veremos no decorrer do capítulo.

Os jornais foram/são periódicos que procuram comunicar aos leitores os acontecimentos locais/regionais (veículos de abrangência restrita) ou nacionais, além de matérias internacionais. A periodicidade das publicações faz dos jornais uma excelente fonte de pesquisa, como menciona Ferreira e Gomes (2014, p. 12),

Diversos jornais e revistas, com posições políticas diferentes, permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião noticiavam determinado evento, em dado momento, principalmente quando ele tem a envergadura de uma rebelião ou revolução.

A história da Imprensa e jornalismo brasileiro, até a década de 1960, esteve centrada nos jornais impressos.²¹ Para Sodré (1966), o ano de 1964 está inserido na fase da imprensa brasileira, denominada por ele, como a crise da imprensa industrial da fase capitalista. De acordo com o autor, a realidade da crise na imprensa brasileira seguia uma tendência de crise mundial. Tal crise estaria relacionada à expansão das relações capitalistas e da influência que o poder econômico possuía sobre o conteúdo dos jornais (SODRÉ, 1966).

Para o autor, é importante lembrar que a imprensa industrial da fase capitalista é bem diferente da imprensa artesanal que a antecederia, principalmente em relação à divisão do trabalho, refletida na divisão de classes. Ele aponta que,

Numa empresa jornalística operam elementos de três camadas ou classes sociais: os proprietários, que pertencem à burguesia; os trabalhadores intelectuais, que pertencem à classe média ou pequena burguesia; e os operários, que pertencem à classe operária, ao proletariado (SODRÉ, 1966, p. 479).

Outro aspecto importante apontado pelo autor está relacionado ao aumento do preço do papel no início da década de 1960. A alta dos preços do papel utilizado para a confecção

²¹ Para maiores informações sobre o assunto temos a obra de Nelson Werneck Sodré (1966) como uma importante fonte de pesquisa.

dos jornais²² ocasionou o fechamento dos periódicos de pequeno e médio porte. Dessa forma, somente os grandes jornais conseguiram sobreviver diante da crise. Essa sobrevivência estava relacionada ao fato de que esses grandes periódicos utilizavam grande espaço de suas páginas para publicidade e propaganda²³.

Nesse sentido, uma das críticas feitas por Sodré (1966) gira em torno da seguinte pergunta: podemos chamar de livre a imprensa da sociedade capitalista? “A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação as agência de publicidade” (SODRÉ, 1966, p. 469). O autor destaca a influência exercida por empresas internacionais dentro da mídia brasileira. Como a maior parte das empresas publicitárias e agências de notícias, que atualizavam as redações com noticiário mundial, eram estrangeiras, principalmente norte-americanas, os jornais preocupavam-se em não publicarem reportagens contrárias aos interesses de seus anunciantes. Dessa forma, o noticiário, no contexto de Guerra Fria, trazia posições críticas aos regimes comunistas e, ao mesmo tempo, não evidenciava os problemas da sociedade capitalista²⁴.

Dois episódios que evidenciam a discussão apresentada por Sodré são: a crise que levou ao suicídio de Vargas (1954) e o escândalo envolvendo o IBAD/Instituto Brasileiro de Ação Democrática (1962)²⁵. Neste último caso, por intermédio do IBAD, a campanha eleitoral teria sofrido influência do capital estrangeiro, no sentido de eleger os candidatos mais simpáticos aos seus interesses para governos estaduais e cadeiras do Congresso Nacional. Para tentar alcançar seu propósito, a ação se deu na forma de financiamento às campanhas eleitorais e às matérias jornalísticas.

Importante destacarmos que a tentativa de se manipular a opinião pública nem sempre atinge seus objetivos. Não quer dizer que porque se investiu grandes valores com um objetivo específico²⁶, que esse objetivo tenha sido alcançado. Um exemplo interessante sobre tal discussão pode ser destacado quando analisamos os resultados das eleições de 1962, pois “[...] o PTB tornou-se a segunda maior força eleitoral no Senado e na Câmara dos deputados, atrás

²² A maior parte do papel utilizado pela imprensa era importada. A grande demanda mundial acabou por elevar o preço do produto (SODRÉ, 1966).

²³ Nelson Werneck Sodré aponta que alguns jornais utilizavam até 80% de suas páginas para publicidade e propaganda.

²⁴ A obra *1964 o elo perdido: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista* procura demonstrar que havia também a influência do movimento comunista em redações de alguns jornais brasileiros.

²⁵ A obra de Rene Dreifuss (1980) traz informações detalhadas sobre como funcionava o IBAD.

²⁶ O objetivo da interferência estrangeira em 1964 estava relacionado ao fato de se evitar que decisões contrárias aos interesses das empresas estrangeiras e do governo norte-americano, em território brasileiro, fossem tomadas (SODRÉ, 1966).

apenas do PSD, mas suplantando a UDN” (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 76).

A discussão feita por Nelson Werneck Sodré está inserida na crítica feita por Jeanneney (2003, p. 2015):

Durante muito tempo, a curiosidade concentrou-se nesta pergunta simples (na verdade demasiado simples, como se verá adiante): qual é a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos, os grupos de pressão dispõem para pressionar a imprensa escrita, falada ou televisiva e, através dela, a opinião pública?

Para Jeanneney (2003) a mídia pode ser uma fonte importante para a análise da opinião pública. A utilização dos jornais como fontes de pesquisa torna-se necessária para a execução do trabalho, pois os jornais podem demonstrar a maneira como a opinião pública do Rio de Janeiro e de Porto Alegre compreendia os acontecimentos marcantes daquela época.

No entanto, como diz Espig (1998, p. 276):

Embora a tarefa de estabelecer o que os leitores pensavam sobre o que liam seja não apenas complexa, mas, em certos casos, impossível, podemos sugerir uma certa comunhão entre as representações enunciadas pelo jornal e aquelas presentes no imaginário social da época. Caso o jornal enunciasse um discurso completamente diferente ao modo de pensar e a visão de mundo global existentes na sociedade à qual se dirigia, não teme qualquer aceitação e estaria fadada ao fracasso editorial. As mensagens enunciadas por um jornal inserem-se – ou lutam para se inserir – no imaginário social presente em determinada época. As representações precisavam fazer sentido, criar significado para as pessoas que liam o periódico. Embora não possamos precisar até que ponto estes veículos de comunicação obtinham sucesso nesta tarefa, é evidente não podiam fugir demais daquilo que seria a forma de pensar da época e do grupo ao qual se dirigiam.

Não faz sentido supor que o leitor aceite todo o conteúdo do jornal sem questioná-lo, mas, como diz Espig (1998, p. 277):

[...] percebemos para os jornais uma relação circular com o real; ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, ou seja, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido.

Portanto, por mais que o jornal possa ter o objetivo de formar a opinião pública, é importante que ele não se afaste da visão de mundo presente nessa mesma, para o qual ele veicula informações e ideias. Nesse sentido, pode-se afirmar o inverso, como nos diz Becker

(2003, p. 196), “Num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais”. Do ponto de vista metodológico, o autor considera que é possível utilizar a imprensa como fonte sem que seja uma colcha de retalhos os recortes de seu conteúdo: “as análises de conteúdo permitem obter pelo menos uma fisionomia exata do conteúdo dos jornais” (BECKER, 2003, p. 196).

A seguir traremos uma breve contextualização sobre os jornais (*Correio do Povo* e *Jornal do Commercio*) que serão utilizados como fontes primárias para esta pesquisa.

3.3 O JORNAL DO COMMERCIO (RIO DE JANEIRO)

O *Jornal do Commercio* foi criado em 1827 pelo tipógrafo francês Pierre René François Plancher de La Noé. Fugido por conta de suas convicções bonapartistas, o tipógrafo instalou-se na Corte (Rio de Janeiro) em 1824. Pierre Plancher se aproximou do imperador D. Pedro I para garantir sua permanência no recém-nascido Estado independente, pois, antes mesmo de sua chegada, já havia uma carta do governo francês solicitando sua extradição do Brasil. O periódico, desde sua fundação, assumiu uma posição de destaque, alinhado à posição conservadora e governista, tendo essa postura acompanhada por praticamente todo o período em que esteve em circulação (1827 a 2016). Durante os quase dois séculos, o *Jornal de Commercio* trocou de dono diversas vezes, tendo entre eles duas importantes referências da História do Brasil, o político petebista San Tiago Dantas e o magnata da imprensa, Assis Chateaubriand.

Durante o reinado de D. Pedro II o jornal alcançou significativa notoriedade frente à opinião pública do Rio de Janeiro. Sua grande visibilidade contribuiu para atrair nomes de destaque da literatura e da política brasileira, tais quais, Visconde do Rio Branco, Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Interessante destacar que, mesmo sendo reconhecido como um porta-voz dos interesses das elites agrárias, o periódico destacou-se durante a campanha abolicionista (SODRÉ, 1966).

Durante certo período da década de 1890, o *Jornal do Commercio*, sob direção de José Carlos Rodrigues, manteve-se como o jornal de maior expressão dentro do mercado editorial jornalístico brasileiro. A transição da Monarquia para a República não ocasionou o desprestígio do periódico, que nos primeiros anos do novo regime disputava com a *Gazeta de Notícias*, outro jornal da capital nacional, o título de periódico mais importante do país. Mesmo após a ascensão do *Jornal do Brasil*, a folha criada pelo tipógrafo bonapartista manteve seu destaque.

O prestígio do tradicional jornal carioca ficou abalado durante a ditadura do Estado Novo, período marcado por censura jornalística, mesmo que, segundo Nelson Werneck Sodré, o jornal não representasse uma oposição ao governo. Além dos problemas relativos à censura, o prestígio do jornal caiu devido à demora por inovações. Mesmo com os problemas citados, a tradicional folha carioca manteve seu prestígio junto aos homens de negócios e políticos importantes.

Entre 1957 e 1959, San Tiago Dantas foi proprietário do periódico, quando a folha foi adquirida por Assis Chateaubriand, passando a integrar a rede dos Diários Associados. Em 1960, Chateaubriand apoiou a candidatura à presidência da República do general Henrique Teixeira Lott, porém com a vitória de Jânio Quadros toda a rede dos Associados tornou-se oposição ao governo. Essa posição oposicionista foi mantida em relação ao governo de João Goulart.

3.4 O *CORREIO DO POVO* (PORTO ALEGRE)

O *Correio do Povo* atualmente é um tabloide pertencente ao Grupo Record, cuja sede localiza-se à Rua Caldas Júnior, 219 - Centro Histórico de Porto Alegre – RS. Sua fundação é datada de 1895, por Caldas Junior, que dá nome à rua onde se localiza o prédio que abriga o jornal e a rádio Guaíba.²⁷ O periódico circulou por 89 anos sem interrupção (1895-1984). Em 1986 o jornal voltou a circular, depois que a família Caldas vendeu a empresa para um grande empresário do ramo da soja. No ano seguinte mudou para o formato tabloide. Em 2007, a empresa controladora do jornal foi vendida ao Grupo Record, controlado por Edir Macedo. Em 2016, o jornal passou a ser um tabloide semanal.

O jornal foi fundado um ano após o pai, juiz de direito Francisco Antônio Vieira Caldas, ter sido executado por fuzilamento na Fortaleza de Anhatomirim, junto com mais 184 presos políticos por envolvimento da Revolução Federalista. A imprensa se caracterizava por fortes tendências políticas, em sintonia direta com a opinião pública local, marcada por diferentes tendências partidárias entre Federalistas e Republicanos²⁸. O *Correio do Povo*, diferente do jornalismo partidário de pequena circulação, foi fundado para ser um jornal de

²⁷ Em 1946, o jornal deixou as instalações alugadas que ocupava na Rua dos Andradas para se instalar no edifício Hudson, localizado na atual rua Caldas Júnior. A estrada, que se chamava Paissandu, recebeu o nome do fundador do Correio, que ela ainda ostenta dois anos antes, por decreto do prefeito Antônio Brochado da Rocha. O velho Hudson é o mesmo prédio que ainda abriga os escritórios do Correio do Povo e da Rádio Guaíba.

²⁸ No final do século XIX havia no Rio Grande do Sul jornais pró-Maragatos, partidários da Revolução Federalista, e pró-Pica-paus, republicanos liderados por Júlio de Castilhos.

grande circulação, que atingisse um público amplo, para além das elites. O fundador prometia associar-se mais ao jornalismo informativo do que ao opinativo.

A popularidade do jornal cresceu em um ritmo acelerado nos primeiros anos de existência. Quatro anos após a publicação da primeira edição, o jornal pulou de uma tiragem de dois mil exemplares, aproximadamente, para quatro mil e quinhentos. Isso permitia ao jornal ostentar em sua capa a propaganda que dizia ser o jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul. Em 1910, o jornal já havia conseguido ultrapassar a marca de 10 mil exemplares diários. Após a morte de seu fundador, em 1913, que escrevia no jornal com o pseudônimo de Tenório, o *Correio do Povo* passou primeiro, para a direção da viúva Dolores Alcaraz Caldas, que esteve à frente até 1935, depois para o seu filho Breno Caldas, que ficou por mais de cinquenta anos, como presidente da Companhia Jornalística Caldas Júnior.

Grandes poetas e literários gaúchos escreveram para o jornal, tais quais, Apolinário Porto Alegre, Damasceno Vieira Mário Totta, Múcio Teixeira, Zeferino Brasil e Mário Quintana. Este participou ativamente em publicações para o jornal entre os anos de 1953 e 1994. Portanto, pode-se afirmar que o *Correio do Povo*, pela sua origem e trajetória, até os anos de 1960 (que nos interessa aqui), era um genuíno veículo de comunicação de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

3.5 EM BUSCA DE REFERENCIAIS E ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar com utilização de conhecimentos provenientes da História Política, Jornalismo, Método da Psicologia Social e conceitos da Geografia. Partimos de uma compreensão conceitual, para se referir ao que se entende por Brasil de 1964, que é proposta pela geografia política de Raffestin (1993). Tal compreensão consiste em se utilizar o conceito de centralidade para identificar a função exercida pela cidade do Rio de Janeiro, primeiro sobre a *core área* (eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte) e, em seguida, sobre o território brasileiro, definindo o que se denomina de nacional (política, social, cultural e economicamente).

A mudança formal da capital federal para Brasília não alterou essa função do Rio de Janeiro, que continuava concentrando, em 1964, as principais tramas (DINES et. al 1964). A centralidade representada pelo Rio de Janeiro torna-se ainda mais evidente quando lembramos que Leonel Brizola transferiu seu domicílio eleitoral, do Rio Grande do Sul para a Guanabara, com intuito de se eleger deputado federal, no pleito de 1962, por aquele estado liderado politicamente por Carlos Lacerda.

O conceito de territorialidade de Raffestin (1993) também é útil ao propósito dessa dissertação, ao permitir entender que se trata do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, nas diferentes dimensões e processos sociais, que pode ser espacialmente localizada e apresentar particularidades, frente a uma “sociedade em geral”, que por sua vez também vive e expressa o vivido territorial. Pode-se afirmar que a territorialidade oriunda do Rio de Janeiro se constituiu como a territorialidade da sociedade brasileira em geral; já a territorialidade gaúcha seria periférica, tendo em Porto Alegre sua centralidade regional.

Assim, partimos da hipótese de encontrar nos jornais impressos localizados nas capitais do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, dentro do período estudado (24/03/1964 a 07/04/1964), diferentes percepções e expectativas de atores políticos, em relação à situação política do país, que possam indicar variações de territorialidade. Para Jeanneney (2003, p. 225), “na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país”. Nosso interesse é identificar se os jornais podem refletir também as variações dentro dessa vida política, que criam uma tensão frente à nacionalidade presente na noção de “país”. Como foi dito por Becker (2003, p. 186), seria possível “fazer história segundo todos os tipos de dimensões” e seria possível perceber “a atitude, o comportamento dos homens confrontados com os acontecimentos”, ao se utilizar os jornais como fonte. Se isso é correto, seria possível identificar nos jornais indícios de tensões de natureza territoriais no interior das disputas políticas nacionais.

Analisaremos sete dias antes e sete dias após o golpe civil-militar brasileiro. O recorte escolhido compreende o período do dia vinte e quatro de março até o dia sete de abril de 1964 (15 dias). Este recorte foi pensado, pois pode oferecer uma variação da opinião anterior e posterior ao movimento, já que estamos pensando na opinião pública dinâmica.

Os jornais analisados foram: *O Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) e o *Correio do Povo* (Porto Alegre). Estes jornais eram os mais tradicionais das duas capitais, em circulação no ano de 1964. Consideramos a tradição dos periódicos, pois o tempo poderia ter contribuído para que os jornais refletissem melhor a territorialidade brasileira e a territorialidade gaúcha, representada pelas capitais (federal e regional). O Rio de Janeiro havia deixado de ser a capital, mas continuava a desempenhar na prática essa função, como discute Raffestin (1993, p. 192-193), “Notaremos que a capital, enquanto centralidade, concretiza materialmente, em vários sentidos, as grandes tendências da estratégia nacional.” Ele se refere a mudança da capital ocorrida no Brasil não havia perdido sua condição de centralidade, para formular seu ponto de vista:

É evidente, e o exemplo de Brasília nos convida a abordar esse assunto, que a centralidade pode ser parcial ou total. De fato, a centralidade pode ser política, econômica e cultural, mas também pode ser só política, só econômica ou apenas cultural (RAFFESTIN, 1993, p. 192-193).

Para o autor, que publicou sua obra em 1980 (*Pour une géographie du pouvoir*), Brasília na condição de nova capital tinha adquirido uma centralidade política, mas do ponto de vista econômico e cultural, Rio de Janeiro e São Paulo eram a centralidade. Em 1964, o Rio de Janeiro ainda mantinha a centralidade política e condensava os acontecimentos nacionais. É importante salientar que na análise consideramos os jornais como fontes primárias, pois eles podem refletir a opinião pública dinâmica. O conteúdo dos jornais será verificado através da técnica de análise de conteúdo.

A obra que contribuiu metodologicamente para a execução da tarefa foi escrita por Laurence Bardin (1977). Para a autora, a análise de conteúdo se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que, respeitando o rigor de procedimentos sistemáticos e objetivos, permite inferir o conhecimento referente às condições de produção e/ou recepção das mensagens. Essa metodologia pode ser utilizada tanto para abordagens quantitativas quanto para qualitativas.

De acordo com Bardin (1977, p. 21):

Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmentos de mensagem que é tomado em consideração.

Vale mencionar que essa possibilidade de utilização das técnicas de análise de conteúdo para abordagens quantitativas e qualitativas nem sempre foi consenso entre os utilizadores da metodologia e, mesmo antes do desenvolvimento dessas técnicas, já existiam a hermenêutica, a retórica e a lógica, que forneciam pressupostos teóricos e metodológicos para a análise de comunicações.

Durante o decorrer do século XX a definição de análise de conteúdo, sua abordagem e possibilidade de utilização foram modificadas e expandidas para diversos ramos do conhecimento. Essa História das técnicas pode ser dividida, segundo Bardin, em quatro fases: a da imprensa e a medida (1900-1940), a sistematização das regras e o interesse pela simbólica política (1940-1950), a expansão e a problemática (1950-1960) e, por último, a fase marcada pela utilização de inteligência computadorizada (1960-).

Os primeiros quarenta anos foram marcados pelo desenvolvimento da técnica nos Estados Unidos da América. Utilizava-se o jornal como material analisado e a medida como o rigor para a pesquisa. Nessa fase destacam-se trabalhos com abordagens quantitativas realizadas, principalmente, por estudiosos da Escola de Jornalismo de Colúmbia. Essa fase marcou, também, influenciada pela Primeira Guerra Mundial, o estudo das propagandas.

A década de quarenta marcou um relativo crescimento das pesquisas em relação à investigação política, pois os estudos sobre propaganda feitos durante a I Guerra Mundial foram ampliados para a II Guerra Mundial. Os pesquisadores analisavam os jornais, por exemplo, para identificarem quais periódicos estavam mais alinhados ao fascismo ou ao comunismo. Outro importante ponto a considerar relaciona-se à contribuição teórico-metodológica trazida por Berelson (apud BARDIN, 1977, p. 19), “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”.

Os anos de 1950 foram marcados por uma releitura das perspectivas teórico-metodológicas das análises de conteúdo e uma maior aproximação com outros campos do conhecimento. Historiadores, psicólogos, psiquiatras, linguistas, sociólogos e jornalistas uniram-se para questionarem as técnicas e proporem qual seria sua contribuição. Nessa fase, a abordagem qualitativa passa a ser mais valorizada entre os estudiosos que adotavam a análise de conteúdo em suas pesquisas.

Os anos 1960 ficaram marcados por três fenômenos que afetaram significativamente a investigação e a prática da análise de conteúdo; a utilização dos computadores, a inviabilidade de precisão dos trabalhos linguísticos e o interesse pelos estudos relativos à comunicação não verbal. Os computadores possibilitaram que dados estatísticos pudessem ser avaliados de maneira mais rápida e objetiva.

Para Bardin (1977) não existe o pronto a vestir em análise de conteúdo, portanto, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um único instrumento aplicado às mais diversas situações, mas de um leque de apetrechos adaptável para o estudo das comunicações. A técnica deve ser adequada ao objeto pretendido e, constantemente, pode ser reinventada, com intuito de fugir da ilusão de que os fatos sociais são transparentes.

O analista deve se aproveitar da mensagem que manipula para inferir, deduzir de maneira lógica, conhecimentos sobre o emissor da mensagem, ou sobre o seu meio a qual ela foi produzida. A descrição das características do texto é o primeiro passo, a interpretação, o último; já a inferência está no meio do caminho e permite conhecer tanto sobre as causas

quanto sobre os efeitos de uma determinada mensagem para um determinado público.

Essa relação entre o conteúdo explícito dos textos e as condições as quais ele foi produzido marca a riqueza e a especificidade da análise de conteúdo. Utilizaremos a análise por categorias²⁹ que

[...] consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar (BARDIN, 1977, p. 37).

Vale relembrar que a hipótese inicial, influenciada pela crítica apontada por Santos (1988), é a de que as condições de produção das mensagens são diferentes, pois existe a influência da terra sobre os indivíduos, ou seja, a maneira de pensar das pessoas está diretamente ligada ao território onde vive. Por isso consideramos, a partir de Raffestin (1993), que o Rio de Janeiro e Porto Alegre, devido ao histórico já mencionado no primeiro capítulo, apresentam diferenças de pensamento em relação à conjuntura referente ao golpe civil-militar brasileiro de 1964.

Faremos uma análise cronológica dos jornais, pois, como discute Figueiredo (1993, p. 27):

O fato de a história ter tomado um curso determinado não é razão para crer que cursos alternativos fossem *ex ante* impossíveis. O fato de o 'pacto populista' como tal não mais se sustentar não significa que o resultado autoritário fosse inevitável.

Dessa forma, partimos da premissa de que os acontecimentos marcantes daquela conjuntura política devem ser compreendidos dentro do tempo cronológico, ou seja, não era possível prever quando, como e se o golpe aconteceria. Tal trama, geralmente, ocorre nos bastidores, sem o conhecimento da trama por parte das autoridades e, principalmente, da opinião pública.

Para Bardin (1977), a organização da análise do conteúdo das comunicações segue três etapas básicas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A primeira etapa, também, pode ser dividida em três fases, que não necessariamente se sucedem cronologicamente: a leitura flutuante possibilitará a formação de hipóteses e objetivos; a organização do corpus, ou seja, o conjunto de documentos escolhidos para a análise; a

²⁹ Segundo Bardin (1977), a análise por categorias é a mais antiga e a mais utilizada pelos pesquisadores.

elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação final.

Na segunda fase encontram-se os procedimentos referentes à codificação, classificação e categorização. Os textos serão desmembrados com operações de recorte que possibilitará a organização e classificação das categorias. O corpus será submetido a um estudo mais minucioso, com base nas hipóteses iniciais e no referencial teórico³⁰. A terceira e última etapa da análise consiste em uma interpretação inferencial, que permitirá ao pesquisador ir além do conteúdo manifesto das comunicações. Para a autora “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados” (BARDIN, 1977, p. 38).

A análise de conteúdo torna-se necessária neste trabalho, pois o tratamento inferencial do conteúdo poderá fornecer informações referentes ao receptor ou à opinião pública dinâmica. Consideramos, baseados em Becker (2003) e Jeanneney (2003), que existe uma relação entre a mídia e a opinião pública dinâmica, ou seja, os jornais podem demonstrar como a opinião reagia diante dos acontecimentos políticos que marcaram a conjuntura do golpe civil-militar de 1964 no Brasil.

Os jornais analisados serão: *O Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro – RJ) e *O Correio do Povo* (Porto Alegre – RS). Esses jornais eram os mais tradicionais que circulavam nas capitais escolhidas. Consideramos a tradição como o critério para a escolha, pois partimos do pressuposto que quanto maior o tempo de existência, maior será a influência da terra ou do vivido territorialmente no conteúdo dos periódicos. Importante salientar que nesta análise, consideramos os jornais como fontes primárias, pois eles podem refletir a opinião pública dinâmica.

Os dados do *Jornal do Commercio* foram retirados da hemeroteca digital da biblioteca nacional³¹. Já os dados do *Correio do Povo* foram retirados de duas fontes: arquivo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa³² e arquivo do próprio periódico³³, ambos localizados na cidade de Porto Alegre. O período escolhido compreende de vinte e quatro de março a sete de abril de 1964, quinze dias. A escolha desse recorte justifica-se, pois pretendemos observar a opinião dinâmica uma semana antes e uma semana depois do golpe³⁴ de forma a perceber se havia aceitação para um golpe e como ele foi percebido pela opinião pública.

³⁰ O referencial será utilizado com dois objetivos básicos: contextualizar os temas escolhidos e cruzamento da análise com o conhecimento já preexistente.

³¹ Acessados entre janeiro e fevereiro de 2019.

³² O conteúdo de 11 edições do periódico (24, 25, 26, 27, 29 de 31 de março e 1, 2, 3, 4 e 5 de abril de 1964) foi fotografado no arquivo do museu em julho de 2018 e, posteriormente, digitalizado.

³³ O arquivo do *Correio do Povo* forneceu, ao custo de 32 reais por página, a edição de sete de abril de 1964.

³⁴ Considerando como referência o dia 31 de março de 1964 como a data da eclosão do golpe civil-militar.

A leitura flutuante, ou a pré-leitura, possibilitou a identificação de dois temas abordados sistematicamente por ambos os periódicos, e que nos permitiu confrontar as informações com intuito de perceber se havia as tensões territoriais, já mencionadas, na conjuntura do golpe civil-militar brasileiro de 1964. Selecionamos as Reformas de Base para analisar o período anterior ao golpe (24/03/1964 a 31/03/1964). Acrescentamos o dia do golpe na análise, pois os jornais, sendo matinais, não tiveram condições de noticiar a marcha mineira, que teve início na manhã do dia 31 de março de 1964. As primeiras notícias foram divulgadas em primeiro de abril. O período de 01/04/1964 a 07/04/1964 foi utilizado como referência para a análise o golpe civil-militar.

O material selecionado consiste em 159 publicações, incluindo, reportagens, matérias, artigos, editoriais e colunas sociais. Foram selecionadas 32 publicações relacionadas às Reformas de Base e 127 relacionadas ao golpe civil-militar brasileiro de 1964. Após a seleção e classificação, os dois temas mais abordados foram relacionados a subcategorias na medida em que foram sendo encontradas similaridades ou diferenças entre o conteúdo dos dois jornais.

Dessa forma, os temas principais listados acima foram distribuídos nas seguintes subcategorias:

1. As Reformas de Base: Reformas, Reforma Agrária, Reforma Urbana, Reforma Eleitoral, Golpe e Plebiscito.

2. O Golpe Civil-Militar: Golpe civil-militar e as manifestações de apoio, Resistência ao golpe, Influência Comunista, Excessos e Visão Internacional.

O próximo capítulo trará uma contextualização dos temas escolhidos para o estudo e o resultado inferencial da análise do conteúdo dos jornais. Importante ressaltar que o objetivo principal é perceber se, a partir do conceito de opinião pública dinâmica, poderemos encontrar aspectos que demonstrem a influência de questões de natureza territorial, relacionados ao vivido cotidianamente, na conjuntura do golpe civil-militar brasileiro de 1964.

4 A OPINIÃO PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO E DE PORTO ALEGRE

4.1 EM BUSCA DE SINAIS DA TERRITORIALIDADE NA CONJUNTURA QUE ANTECEDE O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

Como foi explicado anteriormente, para se alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, foi definido o estudo de duas mídias impressas: *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *Correio do Povo* de Porto Alegre. Os jornais foram examinados com a finalidade de se perceber o que mobilizou com mais intensidade a opinião pública das duas cidades, entendidas aqui como expressão de dimensões espaciais distintas: Rio de Janeiro como expressão da escala nacional; Porto Alegre como expressão da escala regional. A hipótese é de que existem indicadores da presença de territorialidades distintas (nacional e outra), perceptível ao se examinar os dois órgãos de imprensa. Após uma primeira leitura e pré-análise se chegou aos temas mais frequentes nos dois periódicos analisados, com maior ênfase na “Reformas de Base” e “Revolta dos Marinheiros”. Para os fins propostos nesse trabalho, se definiu pelo primeiro para exame da hipótese levantada.

4.2 REFORMAS DE BASE

“Reformas de Base” foi uma palavra de ordem que expressava o conjunto de reformas propostas pelo Presidente João Goulart (1961-1964) com a promessa de que o Brasil se transformaria para melhor. Tratava-se de um plano ambicioso, que visava vários aspectos da vida pública do país: reforma agrária, reforma urbana, reforma eleitoral, reforma bancária, reforma tributária e reforma universitária. Propostas existiam desde os anos de 1950 (FERREIRA e GOMES, 2014), mas ganharam destaque e foram apresentadas em conjunto, se tornando o centro da conjuntura política no Governo de João Goulart.

O presidente se utilizou do comício na Central do Brasil, no coração da cidade do Rio de Janeiro (Praça da República e estação ferroviária da Central do Brasil), no dia 13 de março de 1964, para anunciar o plano ambicioso das reformas de base e assinar dois decretos de enorme impacto internacional e nacional. O primeiro desapropriava as refinarias de petróleo que ainda não pertenciam a Petrobrás e, por isso, possuía uma forte conotação nacionalista e contrariava interesses internacionais. O outro era o decreto da Supra – Superintendência de Política Agrária (Decreto nº 53.700, de 13 de Março de 1964), de enorme impacto na conjuntura nacional por representar uma radicalização do populismo.

O ato presidencial declarava sujeitas à desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida, como se pode ler no preâmbulo:

Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências (BRASIL, 1964, p. 01).

Os jornais demonstravam que a opinião pública nacional foi intensamente mobilizada com a proposta. Alguns grupos de esquerda da época acreditavam significar um primeiro passo rumo à revolução social no país, já grupos conservadores desconfiavam das propostas e das mudanças que causariam. A reação conservadora foi imediata. No dia 19 de março de 1964, ocorreram em diversas cidades do Brasil intensas manifestações públicas, fortemente influenciadas pela Igreja Católica e por organizações contrárias ao Governo Goulart. Em São Paulo, onde houve a maior concentração, as estimativas da imprensa da época apontam de 300 a 500 mil participantes. O principal motivador para a onda de manifestações conhecidas como “marchas da família com Deus pela liberdade” foi o discurso contra a ameaça comunista. O comício de 13 de março e o decreto de desapropriação das terras era uma prova real do perigo comunista.

O presidente Goulart, ao participar do comício de 13 de março de 1964, transmitia a imagem de apoio à Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola. O programa da Frente era considerado o mais radical elaborado pelos grupos de esquerda da época. Não era a única alternativa do presidente, já que San Tiago Dantas desenvolvia um programa, que ficou conhecido como Frente Progressista ou a Frente Dantas, visando apoio parlamentar para a aprovação das Reformas de Base. A escolha do presidente ocasionou a união dos setores conservadores contrários a ele. Naquele momento, era praticamente impossível não tomar partido frente aos acontecimentos (FIGUEIREDO, 1993 e FERREIRA e GOMES, 2014).

Foi nesse conturbado cenário que, ainda envolvia alta inflação, greves e crise de abastecimento, foi feita a pesquisa nos veículos de imprensa *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *Correio do Povo* de Porto Alegre, visando compreender como a opinião pública dinâmica reagia a tudo aquilo. O período corresponde à semana anterior e posterior ao golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Nos dois jornais foram encontradas 32 matérias que abordavam o tema das Reformas de Base, sendo que foram 14 no *Jornal do Commercio* e 18

no Correio do Povo.

As matérias do jornal carioca estavam distribuídas cronologicamente da seguinte maneira: antes de golpe foram 13 matérias, como segue 23, 24 e 25 de março (cinco) e no período de 26 a 29 de março (oito); depois aparece uma única matéria, no dia 05 de abril. A distribuição em ordem cronológica contribuiu para perceber que ao iniciar o processo de deflagração do golpe o tema “Reformas de Base” ficou de lado e aparece uma única vez depois do golpe. Além dessa observação da ordem cronológica, foram verificadas que sete matérias eram de caráter informativo e sete de caráter opinativo. A análise do conteúdo jornalístico possibilitou reagrupar as catorze matérias da categoria “Reformas de Base” em quatro subcategorias, que chamaremos de descritores temáticos, sendo eles: Reforma Agrária (6 matérias), Reforma Urbana (4 matérias), Reforma Eleitoral (1 matéria) e o Golpe (3 matérias), o que nos levou ao seguinte quadro:

Jornal do Commercio
Reforma Agrária: 1) <i>Decreto Presidencial – Desapropriou quase 2 mil hectares em São Paulo</i> , 2) <i>Experiência Agrária</i> , 3) <i>Novas invasões de terras aumentam a tensão em Pernambuco</i> , 4) <i>Ministro entregará terras</i> , 5) <i>SUPRA até agora apenas selecionou as propriedades</i> e 6) <i>Defende o IPES uma reforma democrática</i> ³⁵ .
Reforma Urbana: 1) <i>Para o magistrado o tabelamento dos aluguéis é legal</i> , 2) <i>Aprovadas normas de tabelamento de casas</i> , 3) <i>Demagogia desemprega</i> e 4) <i>Proprietários de imóveis vão ser assistidos</i> .
Reforma Eleitoral: 1) <i>Como votariam os analfabetos</i> .
Golpe: 1) <i>Várias notícias</i> ³⁶ , 2) <i>Várias notícias</i> ³⁷ e 3) <i>A Muamba</i> .

As matérias do jornal gaúcho estavam distribuídas cronologicamente da seguinte maneira: 24 a 26 de março (13 matérias), de 27 a 29 de março (quatro matérias); depois

³⁵ IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi uma entidade financiada pelo empresariado que começou a atuar em 1961, mas oficialmente criada em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro. O IPES coordenou uma campanha sistemática contra o Governo Goulart, associando suas propostas ao comunismo, com intensa utilização dos meios de comunicação, particularmente dos jornais. A entidade afirma defender a "democracia" e a "livre iniciativa". Além dos artigos nos principais jornais do país produziu 14 filmes de "doutrinação democrática", apresentados em todo o país; financiou cursos, seminários, conferências públicas; publicou e distribuiu inúmeros livros, folhetos e panfletos anticomunistas. Cf. FGV-CPDOC. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais – IPES. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudo_s_Sociais. Acessado em 30 de abril de 2019.

³⁶ Matéria de 24 de março de 1964.

³⁷ Matéria de 25 de março de 1964.

apenas uma matéria no dia 31 de março. A distribuição em ordem cronológica possibilitou perceber que ao aproximar da deflagração do golpe há uma tendência a diminuir o número de matérias abordando o tema, até chegar a uma matéria no dia do golpe desencadeado em Minas Gerais, sendo que depois do golpe não se encontra mais o tema das “Reformas de Base”. Na verdade, outras questões mais conjunturais ocupam a atenção do jornal, particularmente a crise política enfrentada pelo presidente gaúcho João Goulart.

Verificamos também que as dezoito matérias estão divididas em quinze de caráter informativo e três de caráter opinativo. A análise do conteúdo jornalístico possibilitou reagrupar as matérias em seis subcategorias que vamos chamar de descritores temáticos, sendo eles: Reformas (4 matérias), Plebiscito (4 matérias), Reforma Agrária (3 matérias), Reforma Urbana (3 matérias), Reforma Eleitoral (2 matérias) e Golpe (2 matérias), o que nos levou ao seguinte quadro:

Correio do Povo
Reformas: 1) <i>Comércio quer conhecer projetos sobre reformas</i> , 2) <i>“Estado Novo” escarrado</i> , 3) <i>Divulgado o pronunciamento da Ação Católica sobre reformas</i> e 4) <i>Panorama político – Krieger fala sobre reformas e diz que Congresso aprova aumento a servidores.</i>
Plebiscito: 1) <i>Na Câmara e no Senado – Presidente da República segue o caminho do quanto pior melhor</i> , 2) <i>Seixas Dória declara: A situação do Brasil é pré-revolucionária</i> , 3) <i>Mazzilli: Hora é de trabalhar e o Congresso não se omitir</i> e 4) <i>Martins Rodrigues – Ninguém deve pensar em “impeachment” contra Goulart por ser inexecuível.</i>
Reforma Agrária: 1) <i>Ademar de Barros em Porto Alegre – Haverá eleições em 1965, mas tem dúvida se Goulart as presidirá</i> , 2) <i>SUPRA determina áreas à desapropriação no estado</i> e 3) <i>Pinheiro Neto concede entrevista coletiva.</i>
Reforma Urbana: 1) <i>Ordem dos advogados exortam o governo a respeitar a lei</i> , 2) <i>Pronta a regulamentação do decreto sobre os aluguéis</i> e 3) <i>Justificação do decreto tabelando os aluguéis.</i>
Golpe: 1) <i>Métodos ditatoriais só trarão opressão e atraso</i> e 2) <i>Com a cumplicidade de Rui, não.</i>
Reforma eleitoral: 1) <i>Ao defender a reforma constitucional João Goulart apela para Rui Barbosa</i> e 2) <i>Pensamento do Marechal Lott sobre a situação atual.</i>

Dentre as propostas apresentadas pelas Reformas de Base, as que causavam maior mobilização da opinião pública eram: a agrária, a urbana e a eleitoral. A grande questão apresentada em torno da reforma agrária estava relacionada ao fato de que, para ser executada, era necessário alterar um artigo da Constituição que versava sobre indenizações. Devido à impossibilidade de indenizar os proprietários com dinheiro, já que os cofres públicos não ofereciam condições, o governo propôs fazer o pagamento com títulos públicos (FIGUEIREDO, 1993 e FERREIRA e GOMES, 2014).

O *Jornal do Commercio* em duas matérias, *Decreto Presidencial – Desapropria quase 2 mil hectares em São Paulo*³⁸ e *Novas invasões de terras aumentam a tensão em Pernambuco*³⁹, enfatiza conflitos por terras ocorridos no Paraná e em Pernambuco. Proprietários e lavradores sindicalizados se enfrentaram nos respectivos estados, tendo a polícia de intervir. Paralelamente às notícias sobre os conflitos são noticiados que o presidente determinou a desapropriação de terras em São Paulo e que, na cidade de Governador Valadares – MG ocorrerá uma cerimônia a ser realizada no dia 31 de março, na qual serão entregues títulos de propriedade para lavradores da região, de terras de fazenda do Ministério da Agricultura.

A notícia sobre entrega de terras pelo Ministro da agricultura para camponeses sindicalizados de Governador Valadares se repetiu em reportagem de título *Ministro entregará terras*⁴⁰. A mesma reportagem fala, também, de movimentação para fins de reforma agrária no Rio Grande do Sul e de desapropriações feitas pela SUPRA na Paraíba. As informações a respeito de critérios utilizados para as desapropriações são encontradas em matéria de título *SUPRA até agora apenas selecionou as propriedades*⁴¹.

O *Correio do Povo* aborda o tema Reforma Agrária, porém diferente do *Jornal do Commercio*, no qual a temática se apresenta como uma questão nacional ao citar um estado do Sul e outro do Nordeste (conflitos por terras ocorridos no Paraná e em Pernambuco), a preocupação está focada no Rio Grande do Sul. Em *SUPRA determina áreas à desapropriação no estado*⁴², o periódico traz informação de áreas que serão desapropriadas no Rio Grande do Sul. Ele aborda as tensões a respeito das reações dos proprietários gaúchos de terras diante das medidas da SUPRA e também enumera seis critérios utilizados pela SUPRA para executar as desapropriações. Informações a respeito dos critérios também são

³⁸ Matéria informativa publicada na edição de 23 e 24 de março de 1964.

³⁹ Matéria informativa publicada na edição de 26 de março de 1964.

⁴⁰ Matéria informativa de 28 e 29 de março de 1964.

⁴¹ Matéria informativa de 28 e 29 de março de 1964. Tal matéria possui um conteúdo informativo que traz as justificativas da SUPRA para o atraso de seu projeto e os critérios utilizados para as desapropriações.

⁴² Matéria informativa de 24 de março de 1964.

encontradas em *Pinheiro Neto concede entrevista coletiva*⁴³.

Em 24 de março de 1964, o *Correio do Povo* publicou uma matéria que sinaliza a possibilidade de um golpe contra o presidente, sendo esse ponto da entrevista que gerou a manchete: *Adhemar de Barros em Porto Alegre – Haverá eleições em 1965 mas tem dúvidas se Goulart as presidirá*. O periódico traz trechos de entrevista coletiva concedida pelo governador paulista Adhemar de Barros na cidade de Porto Alegre, na qual, apesar de não se opor diretamente à reforma agrária, afirma que somente a divisão de terras não resolve o problema, pois é necessário oferecer uma estrutura para os lavradores conseguirem produzir a terra. A questão da reforma agrária é abordada com cuidado, mas o que chamou a atenção para a matéria do jornal foi a dúvida lançada durante a entrevista pelo governador paulista, ao dizer que acreditar que as eleições em 1965 aconteceriam, mas não tinha a certeza se Goulart cumpriria seu mandato.

Observa-se diferença na abordagem das questões quando comparadas ao jornal carioca, chamando atenção o fato do *Correio do Povo* dar atenção a outras reformas e a conteúdos mais informativos, pois essas afetariam concretamente Porto Alegre e o Rio Grande do Sul. Diferente do jornal carioca que enfoca as questões de maneira mais genérica e política, ligando a questão do conflito e crise. No *Correio do Povo* a temática a respeito da reforma urbana foi tão frequente quanto às de reforma agrária, mostrando preocupação. O *Correio do Povo* mostra preocupação com a questão polêmica criada pelo Decreto n. 53.702, de 14 de março de 1964, que “Tabela os aluguéis de imóveis, no território nacional, e dá outras providências”. O decreto tinha intenção de proteger o inquilino, que sofria com os elevados valores dos aluguéis e seu constante aumento, seria essa a justificativa conforme o governo federal. O *Jornal do Commercio* apresenta opiniões diferentes, como se pode ler na matéria “*Para o magistrado o tabelamento dos aluguéis é legal*”⁴⁴, ao destacar a opinião do desembargador Rizzio Barandier, que afirma ser a matéria constitucional; o mesmo enfoque aparece na matéria “*Aprovadas normas de tabelamento de casas*”⁴⁵.

Entretanto, na matéria “*Demagogia desemprega*”, publicada no dia 27 de março de 1964, o *Jornal do Commercio* critica o tabelamento dos aluguéis. O periódico considera que a

⁴³ João Pinheiro Neto era o Superintendente da SUPRA. Matéria informativa sobre a entrevista de Pinheiro Neto, de 31 de março de 1964, é do mesmo dia que o superintendente era destituído do cargo pelo regime golpista e para seu lugar era nomeando o coronel Vital Queirós. O decreto de reforma agrária foi revogado em 11 de abril, com anúncio em cadeia nacional de rádio; e, quatro dias depois, João Pinheiro Neto foi preso, em Petrópolis (RJ), sendo que tinha perdido os direitos políticos em 9 de abril, com o Ato Institucional nº 1. Cf. FGV-CPDOC. Verbetes João Pinheiro Neto. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pinheiro-neto-2>. Acessado em 30 de abril de 2019.

⁴⁴ Matéria informativa de 25 de março de 1964.

⁴⁵ Matéria informativa de 26 de março de 1964.

proposta governamental fere a lei do inquilinato e que já está trazendo consequências negativas, pois os proprietários estão colocando suas casas à venda e as obras de construção civil estão sendo paralisadas. O jornal considera frágeis os critérios utilizados para a definição dos valores dos aluguéis. Tal matéria indica que o jornal refletiu a reação da opinião pública dos proprietários de imóveis para alugar, o que se confirma na matéria do dia seguinte: “*Proprietário de imóveis vão ser assistidos*”. O jornal traz pronunciamento da Associação dos Proprietários de Imóveis da Guanabara, que teria se organizado para prestar assistência jurídica a qualquer associado que reclamar. Diferente das primeiras matérias, essa última afirma que o tabelamento é ilegal por ferir princípios constitucionais.

No caso do *Correio do Povo* é clara a posição contrária ao decreto de tabelamento dos aluguéis. Na matéria “*Ordem dos advogados exortam o governo a respeitar a lei*”, publicada em 24 de março de 1964, ganha destaque o manifesto do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, que critica as ações do governo. Para a OAB, promover reformas via decretos é um desrespeito para com a Constituição Federal. Para Carlos Bernardino, relator do manifesto, a interpretação por parte do governo de que povo é somente aquele que participa de comércio é equivocada. Ele argumenta que locadores de imóveis também são cidadãos. Percebe-se claramente que o jornal se alia de imediato aos detentores de imóveis para alugar, constituindo-se esses a opinião pública que o jornal reflete.

Em outras duas publicações, *Pronta a regulamentação do decreto sobre os aluguéis*⁴⁶ e *Justificação do decreto tabelando os aluguéis*⁴⁷, o jornal publica detalhes sobre a tramitação da proposta governamental. A primeira reportagem traz pronunciamento do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, que diz estar sob o seu poder a minuta do decreto que regulamenta o tabelamento dos aluguéis e a segunda informa que Goulart já teria assinado em 25/03/1964, o ato que fixa norma para a execução do decreto de tabelamento dos aluguéis de imóveis⁴⁸.

Após uma análise do conteúdo referente aos descritores reforma agrária e reforma urbana (tabelamento dos aluguéis) se percebe que ambos os periódicos se posicionavam contrários às propostas governamentais, porém não do mesmo modo e na mesma temporalidade e enfoque, pois o *Correio do Povo* aborda as questões na ótica regional. Mesmo que a maior parte das publicações fosse de caráter informativo, tornam-se evidentes as críticas ao programa de reformas apresentado no comércio. Em relação ao *Jornal do*

⁴⁶ Matéria informativa de 25 de março de 1964.

⁴⁷ Matéria informativa de 27 de março de 1964.

⁴⁸ Importante destacar que, segundo o ato, ficaram excluídas do tabelamento de aluguéis as habitações de alto luxo, as residências de área superior a 120 metros quadrados e as residências de área superior a 120 metros quadrados. A questão que suscitou dúvidas é o porquê de as habitações pertencentes às pessoas mais poderosas economicamente não terem sido incluídas na proposta.

Commercio, as críticas ao programa de reformas são evidenciadas quando analisamos as quatro matérias opinativas a seguir, que tratam sobre os descritores “Golpe” e “Reforma Eleitoral”.

Os editoriais do *Jornal do Commercio* fazem duras críticas a João Goulart e a Juscelino Kubitschek. Em *Várias Notícias* de 23, 24 e 25 de março de 1964, o jornal critica abertamente as propostas das Reformas de Base. A publicação de 23 e 24 de março se concentra em questionar se JK é a melhor opção para suceder João Goulart na presidência da República. Para tal, o jornal critica o posicionamento ou não posicionamento de JK em relação às reformas, pois ao mesmo tempo em que o ex-presidente prega uma reforma agrária dentro dos princípios constitucionais, ele declara ser necessário reformar a constituição, ou seja, para o jornal, JK está mais preocupado em não perder seu eleitorado, do que “mostrar a cara”.

O *Várias Notícias* de 25 de março de 1964 direciona suas críticas a João Goulart e seu programa de Reformas de Base. O jornal usa a fala de um deputado federal do PTB, de nome não revelado, que teria dito que “sem reforma do poder não haverá nenhuma reforma de base”. A partir da crítica feita ao argumento do deputado e de documento publicado pela Frente Popular⁴⁹, em 16/03/1964, o jornal expõe que as Reformas de Base seriam um pretexto para a implantação do comunismo no Brasil, semelhante ao comunismo da Albânia. Isso indica um agravante, pois se na União Soviética o comunismo estaria se abrindo, na Albânia prevaleceria o comunismo radical da época de Stalin. O foco é claramente político e centrado na questão nacional e na construção da conjuntura que justificou o golpe civil-militar de 1964.

Isso fica evidente quando se percebe a denúncia feita a respeito da existência de segundas intenções nas ações do Presidente João Goulart e de que haveria um movimento comunista para tomar o poder no Brasil. Na matéria “*A Muamba*”, o jornalista Carlos Rizzini considera que o programa de Reformas de Base mascara o principal objetivo de Goulart, a reeleição. Ele denuncia que a proposta de reformar a Constituição para fazer a reforma agrária esconderia a verdadeira intenção de Goulart, alterar o artigo que proíbe a reeleição. Em “*Como votariam os analfabetos*”, o jornalista Carlos Maul critica o voto do analfabeto. O autor considera o analfabeto brasileiro como qualquer outro indivíduo da sociedade, mas questiona se sua escolha seria respeitada, já que ao não saber ler, precisaria da ajuda de alguém. A questão levantada por ele era se esse alguém influenciaria ou não o analfabeto em

⁴⁹ Documento citado pelo jornal apresenta, de fato, conteúdo que pode ser facilmente associado a um programa de governo comunista, como: “estatização do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, monopólio estatal do leite, encampação dos grandes moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó e monopólio estatal comércio e exportação do café”.

sua escolha. Carlos Maul se mostra claramente contrário à proposta de reforma eleitoral. O ponto alto da matéria é a afirmação de que o maior interessado em fazer valer o voto do analfabeto é o movimento comunista.

O *Correio do Povo* tem matérias mais informativas, mas não deixa de fazer críticas, como em “*Estado Novo, escarrado*”⁵⁰, na qual compara a proposta de reformas do Presidente Goulart com o Plano Cohen⁵¹. Segundo o periódico, o Presidente Goulart usa as propostas de reforma como pretexto para a permanência no poder, assim como Getúlio Vargas usou da suposta existência de um plano da Internacional Comunista para tomada do poder no Brasil, conseguindo assim instaurar o Estado Novo, em 1937, e permanecer no poder por longo tempo.

Numa abordagem diferente do jornal carioca, o *Correio do Povo* publica entrevista do senador gaúcho Daniel Krieger, na qual o Presidente João Goulart aparece como culpado das reformas não saírem do papel. Para o senador, o presidente é que estaria obstruindo a votação das reformas. Isso está na matéria “*Panorama político – Krieger fala sobre reformas e diz que Congresso aprova aumento a servidores*”, publicada em 29 de março de 1964. Nos trechos da entrevista que foram publicadas, o senador afirma que o Presidente João Goulart não está interessado em reformas, mas sim, em criar um clima de agitação e desentendimento no país. Ele afirma que a reforma agrária e a reforma bancária já deveriam ter sido votadas, mas por obstrução do próprio presidente elas ainda não tinham acontecido.

O *Correio do Povo* publicou material, em 24 de março de 1964, *Ao defender a reforma constitucional João Goulart apela para Rui Barbosa*, relacionado à defesa feita pelo presidente em almoço para os convencionais do PTB. Na ocasião, o presidente teria argumentado sobre a necessidade de se reformar a Constituição. O jornal destaca o argumento do presidente de que, assim como Rui Barbosa defendeu a reforma da Constituição em 1921, para atender as demandas do povo, o momento histórico necessitava de os analfabetos serem incluídos no processo democrático. Dois dias depois, em 26 de março de 1964, o jornal opinou em matéria com o seguinte título “*Com a cumplicidade de Rui, não*”.

Entretanto, não se nota o mesmo aspecto do jornal carioca, que se centrava na suposta ameaça comunista. O enfoque é muito mais no sentido de debater politicamente a questão.

⁵⁰ Matéria opinativa de 25 de março de 1964.

⁵¹ Plano Cohen. “Documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937.” Cf. FGV-CPDOC. Plano Cohen. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acessado em 30 de abril de 2019.

Para o periódico, a tentativa do presidente de evocar Rui Barbosa não era correta, pois os momentos históricos eram diferentes, além de terem passado, em 1921, 30 anos da aprovação da primeira Constituição republicana e o Brasil ter mudado. Em 1964, a Constituição só possuía dezoito anos e não se justificaria a mudança. A diferença de enfoque fica claro ao se comparar os dois jornais, pois no lugar de conduzir a matéria para a suposta ameaça comunista, o jornal de Porto Alegre foca na proposta do governo Goulart de controlar a importação e venda de papel, pois permitiria o governo controlar a imprensa e mostraria como o presidente estava distante de Rui Barbosa, que sempre foi um defensor da imprensa livre.

No mesmo sentido apresentado pelas críticas à Goulart na matéria mencionada acima, diferente do que se viu no jornal carioca, se encontra em “*Métodos ditatoriais só trarão opressão e atraso!*”, publicada pelo *Correio do Povo* de 25 de março de 1964, no qual se reproduz trechos de discurso do senador Milton Campos, criticando o comportamento de João Goulart. No lugar de associar o comportamento do presidente à ameaça comunista, ao ressaltar o discurso do senador, se foca na questão da reforma e se critica a ameaça à liberdade de imprensa, ameaçada pela suposta instalação de um governo autoritário.

Se nas matérias do *Jornal do Commercio* o foco é a ameaça comunista representada pelo Governo Goulart, no caso do *Correio do Povo* era o receio de um poder pessoal que a continuidade de Goulart representaria. No conteúdo jornalístico do *Correio do Povo* é frequente encontrar a ideia de que as propostas por reformas de base escondiam o desejo de Goulart de permanecer no poder, por meio de alteração de cláusula da constituição que proibia a reeleição. Em “*Pensamento do Marechal Lott sobre a situação atual*”, publicada pelo *Correio do Povo*, em 25 de março, o jornal traz trechos de pensamento do marechal Lott⁵² publicados no jornal *O Globo*. O ex-candidato à presidência diz ser favorável a algumas reformas, mas contrário à modificação do capítulo da constituição que proíbe a reeleição.

Quando da renúncia do Presidente Jânio Quadros, frente ao movimento civil-militar que se intensificou para impedir a posse de Goulart, o marechal Lott publicou manifesto no qual conclamava o que chamou de forças vivas da nação para defenderem a Constituição, ou seja, garantir a posse de Goulart. É significativo realçar o que chamou de forças vivas da nação: forças da produção; forças do pensamento, estudantes e intelectuais; operários e povo em geral. Esse ato político de defesa da posse de Goulart provocou sua prisão, sendo levado para a fortaleza de Laje.

⁵² Marechal Henrique Teixeira Lott foi um militar e político brasileiro, que foi adido militar junto à embaixada brasileira em Washington, em 1946; Ministro da Guerra, em 1954; e concorreu à Presidência da República nas eleições de 1960, na qual foi eleito Jânio Quadros. Cf. FGV-CPDOC. Henrique Teixeira Lott. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/henrique_teixeira_lott. Acessado em 30 de abril de 2019.

A posição de Lott era amplamente conhecida e, nesse sentido, quando o *Correio do Povo* faz uma matéria com a manchete expressiva “Pensamento do Marechal Lott...”, se confirma que são abordagens muito diferentes entre o jornal carioca e o de Porto Alegre. O primeiro reflete uma opinião claramente dentro da conjuntura nacional, que foi responsável pelo golpe, enquanto o segundo está focado em discutir a questão política num horizonte em que o golpe não está presente. É importante lembrar que no dia seguinte ao golpe civil-militar (1º de abril de 1964), Lott argumentou que um golpe seria antidemocrático e contra os interesses nacionais.

A reforma da Constituição foi o ponto mais discutido em relação ao programa de Reformas de Base, no caso do jornal de Porto Alegre, quando comparado ao jornal carioca, no qual a reforma agrária esteve mais em evidência. Isso tem relação direta com a diferença de abordagem, tendo em vista que era a crítica à reforma agrária que possibilitaria denunciar o perigo que a propriedade privada corria, frente à ameaça comunista representada pelo Governo Goulart. No *Correio do Povo*, a discussão reflete uma opinião pública para a qual não estava no horizonte a possibilidade de Golpe. Veja a manchete: “*Martins Rodrigues – Ninguém deve pensar em “impeachment” contra Goulart por ser inexecutável*”, publicada em 27 de março de 1964. Naquele momento, ferviam os preparativos para o golpe civil-militar e o clima de tensão política era conveniente aos preparativos para derrubar o regime. A crise política chegava ao clímax e a Revolta dos Marinheiros, em 25 de março de 1964, no Rio de Janeiro, fornecia um combustível extra. Nesse cenário, o deputado Martins Rodrigues do PSD se manifestou afirmando que a crise da Marinha, apesar de grave, não representava uma crise no sistema institucional do País e, portanto, o impeachment seria inexecutável.

O *Correio do Povo* reflete uma opinião pública centrada nas questões regionais, indicando uma territorialidade, até certo ponto, alheia à conjuntura nacional, marcada pelas tensões reais, ou construídas artificialmente para forjar a atmosfera política utilizada como justificativa para legitimar a execução do golpe civil-militar de 1964. Daí ter mais enfoque a questão da reforma da Constituição, em função do receio da permanência de João Goulart, que seria possibilitada se a reeleição fosse aprovada. Não é outra a razão para a matéria que repercute a opinião do governador de Sergipe, Seixas Dória, e do deputado João Herculino, PTB-MG, na qual aparece claramente que o medo era muito diferente daquele que afetava a conjuntura política nacional. No caso do Rio Grande do Sul, era uma questão de política interna do estado. As matérias eram “*Na Câmara e no Senado – Presidente da República*

segue o caminho do quanto pior melhor”⁵³ e “*Seixas Dória declara: A situação do Brasil é pré-revolucionária*”⁵⁴. No foco da questão estava o discurso desses políticos de que se o Congresso não votasse a reforma da Constituição deveria se convocar um plebiscito para o povo tomar a decisão.

Como o foco na pauta do *Correio do Povo* foi determinado pela conjuntura nacional, mesmo que possuindo uma abordagem diferente, quando se compara ao *Jornal do Commercio*, permite-se afirmar com segurança, utilizando as ideias de Raffestin (1993), que no Brasil havia se consolidado uma centralidade responsável por determinar a pauta do debate e hierarquizar a informação e os pontos de pauta que circulam no território. Entretanto, ao se analisar o conteúdo referente ao programa de Reformas de Base, encontrada no *Jornal do Commercio* e no *Correio do Povo*, se tem indícios seguros de que existiam diferentes territorialidades configurando a opinião pública, uma nacional, expressa pelo primeiro, e uma sul-rio-grandense, expressa pelo segundo. O primeiro está focado na questão da falta de legitimidade do Governo Goulart e na ameaça comunista, características dominantes da conjuntura nacional naquele período. O segundo está ligado à outra questão, alheia ao que é focado no Rio de Janeiro pelo *Jornal do Commercio*, pois se centra no debate das questões em discussão no Congresso Nacional e nas ações do Governo Goulart com capacidade de afetar os vários interesses políticos no Rio Grande do Sul e o equilíbrio de poder, como se expressam nas disputas políticas entre os partidos que controlam o Governo Estadual e aqueles que controlam a Prefeitura de Porto Alegre. De certa forma, seria como se mantivesse a velha divisão entre maragatos e chimangos, ou seja, entre o lenço vermelho e o lenço branco. Considerando a relação existente entre a imprensa livre e a opinião pública (BECKER, 1980), podemos argumentar que os dois centros de poder expressam opiniões públicas diferentes, sendo tais diferenças de natureza federativa (territorialidade), como se viu com indícios mais fortes ou fracos, mas sempre presentes, quando a questão eram as Reformas de Base.

4.3 EM BUSCA DE SINAIS DA TERRITORIALIDADE NA CONJUNTURA POSTERIOR AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

Como já foi discutido no primeiro capítulo, são variados os estudos sobre o golpe civil-militar de 1964. As abordagens de Figueiredo (1993) e de Ferreira e Gomes (2014) permitem compreender o golpe civil-militar de 1964 no contexto da crescente radicalização

⁵³ Matéria informativa de 25 de março de 1964.

⁵⁴ Matéria informativa de 26 de março de 1964.

política, na qual a revolta dos marinheiros, em 25 de março de 1964⁵⁵, aparece como o estopim que levou o processo radical ao auge, permitindo o desencadeamento da ação armada para derrubar o presidente Goulart, com apoio de setores da sociedade civil.

A decisão do presidente da República de anistiar os marinheiros e fuzileiros envolvidos no evento ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos foi visto por grande parte do oficialato das Forças Armadas como uma afronta à hierarquia e disciplina militar. Nesse sentido, foi possível construir uma narrativa de que a destituição do presidente da República era a única forma de garantir o regime democrático, ameaçado pelo comunismo internacional que, por meio dos sindicatos, passaram a influenciar negativamente as instituições militares.

4.4 GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO BRASIL

Em 31 de março de 1964 ocorre o golpe civil-militar, destituindo João Goulart da presidência da República. Como já foi dito, se considera aqui a hipótese de que haveria diferença de tratamento dos eventos políticos pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e pelo *Correio do Povo* de Porto Alegre, em função da interferência da dimensão da territorialidade na esfera da política. No exame dos jornais foram encontradas 127 matérias relacionadas ao golpe civil-militar de 1964 sendo que 44 no *Jornal do Commercio* e 83 no *Correio do Povo*.

A análise do conteúdo jornalístico referente ao golpe civil-militar de 1964 permitiu agrupar as matérias dos dois jornais em cinco descritores temáticos, o que nos levou aos seguintes quadros:

⁵⁵ A revolta dos marinheiros foi o movimento de resistência ocorrida na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em 25 de março de 1964. No ato político compareceram figuras expressivas que apoiavam no Governo Goulart, inclusive Leonel Brizola. O movimento foi liderado por José Anselmo dos Santos, conhecido como “Cabo Anselmo”, que ficou famoso nos anos de 1970 por ser informante dos órgãos de segurança. O ministro da Marinha Sílvio Mota proibiu o evento e enviou fuzileiros navais para prenderem os líderes, porém esses aderiram aos “revoltosos” liderados, apoiados pelo contra-almirante Cândido Aragão. Isso deu ingredientes extras para associar a conjuntura nacional a ameaça comunista, pela relação que se podia fazer com a Revolução Russa de 1917, marcada pela adesão dos soldados as forças revoltadas, abrindo caminho a revolução social. No desdobramento, o Presidente Goulart proibiu que tropas tomassem o Sindicato dos Metalúrgicos. O ministro da Marinha foi substituído, ficando claro as divisões que haviam nas forças armadas. Depois de ser resolvida a crise, no dia seguinte (26 de março), os participantes foram presos, mas em seguida anistiados pelo presidente da República. Isso acrescentou muito combustível na crise política, criando uma atmosfera de crescente radicalização. Cf. Sérgio Lamarão. A revolta dos marinheiros. FGV.CPDOC. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_marinheiros. Acessado em 30 de abril de 2019.

<i>Jornal do Commercio</i>
<p>O Golpe civil-militar e as manifestações de apoio: 1) Assembleia Legislativa – Amaral Peixoto prega derrubada de Goulart, 2) Câmara dos deputados – Em meio à onda de boatos deputados debatem crise, 3) Governo confirma rebelião e demite comando da 4ª RM, 4) Guanabara: dividida as tropas, 5) Magalhães Pinto diz que já é hora de depor o presidente, 6) A situação política – Crise evolui rapidamente e toma agora forma de rebelião em Minas, 7) Decisão de Âncora completa quadro, 8) Denys negociou adesão de tropas fiéis a Goulart, 9) IV Exército depõe Arrais e Paulo Guerra assume governo, 10) Marechal Dutra aplaude Revolução, 11) Almirante Valle aplaude, 12) Na Guanabara – Governador vive horas de emoção e chora de alegria, 13) O exército depôs o Sr. João Goulart, 14) Povo paulista, nas ruas, comemorou fim da revolução, 15) Raízes da revolução montam à época em que Pery comandava III Exército, 16) O cérebro da vitória, 17) Assembleia Legislativa – Sessão de 1 hora trata unicamente da Revolução, 18) Chefe do Exército e o presidente em mensagens ao povo.</p>
<p>Resistência ao golpe: 1) Goulart apela para a concórdia, 2) Brizola diz que III Exército está senhor da situação, 3) Lott estava em Teresópolis, 4) Presidente em Brasília, 5) Passeatas sindicais em Vitória, 6) Proibidos comícios no Ceará, 7) Vários feridos no comício da tarde de ontem na Cinelândia, 8) Magalhães faz proclamação, 9) Leves escaramuças assinalaram o fim da rebelião gaúcha.</p>
<p>Influência comunista: 1) Várias notícias, 2) Lacerda: povo volta-se agora para o Congresso, 3) Primeiro, limpar, 4) Infiltração comunista, 5) EMFA revela teor do ultimato feito a Goulart dia 31, 6) Fala presidencial apressou o levante.</p>
<p>Excessos: 1) Militares prendem Aragão e Osvino, 2) Exército e polícia atuam juntos para restaurar a ordem, 3) Líderes contrários à cassação, 4) Polícia prende Pinheiro Neto e invade Bancários, 5) Novas prisões em Minas.</p>
<p>Visão internacional: 1) New York Times – Goulart tentaria golpe apoiando-se na esquerda, 2) Johnson cumprimenta Mazzilli, 3) New York Times: deletéria influência de João Goulart, 4) Rússia, 5) Venezuela, 6) Gazetilha diplomática – O reconhecimento do novo governo.</p>

Correio do Povo

O golpe civil-militar de 1964 e as manifestações de apoio: 1) *General Amaury Kruel toma posição – Armas do II Exército são postas à disposição de general Mourão Filho*, 2) *Barricadas no Palácio Guanabara*, 2) *Inicia-se em Minas Gerais rebelião militar contra o governo federal*, 3) *Novo manifesto à nação do governador de Minas*, 4) *O Brasil já sofreu demasiadamente com o governo atual. Agora, basta!*, 5) *Pela Lei e pela ordem*, 6) *Proclamação do general Mourão Filho*, 7) *Estudantes de engenharia são contra João Goulart*, 8) *Comando da 5ª Região Militar – Exército do Paraná ao lado de Minas para restauração do Império da Lei*, 9) *Junta de Almirantes chefia a Marinha*, 10) *Manifesto ao Rio Grande e à Nação*, 11) *Governo do estado transfere sua sede para passo fundo, onde organiza resistência*, 12) *João Goulart abandonou Brasília enquanto se anuncia vitória do movimento rebelde*, 13) *IV Exército e III Distrito Naval solidarizam-se com a rebelião*, 14) *Exército e Constituição*, 15) *Fim do pesadelo*, 16) *Ministro da Guerra conferenciou com Kruel*, 16) *Em Belo Horizonte – 300 mil pessoas aclamaram Guedes e Mourão*, 17) *A história da revolta narrada pelo general Mourão*, 18) *Apoio militar e político à causa revolucionária*, 19) *Chefe do governo e comandante do III Exército chegaram ontem a Porto Alegre, sob aclamação*, 20) *Como foi tomada o Forte de Copacabana*, 21) *Manifesto dos contabilistas e à população*, 22) *Como foi organizada e rebelião*, 23) *General Carlos Luiz Guedes – Jango buscou apoio em bases sindicais desrespeitando as forças armadas e* 24) *Relatório confidencial do Estado Maior foi apresentado a Goulart a 31 de março.*

Influência comunista: 1) *Hora da decisão*, 2) *Proclamação do general Mourão Filho*, 3) *Proclamação do senador Moura Andrade – Por mais grave que seja a situação o Congresso não sairá de Brasília*, 4) *Proclamação de Kruel: Pátria estava conspurcada por agentes comunistas*, 5) *Marechal Magessi: agora já se pode respirar melhor*, 6) *O exército e nós*, 7) *Saibamos consolidar a vitória*, 8) *Sem contemplações.*

Resistência ao golpe: 1) *Chegou esta madrugada o novo comandante do III Exército*, 2) *Jair assume e reconhece movimento armado em Minas*, 3) *CGT decreta a greve geral*, 4) *Nota oficial da presidência da República – Governo afirma ter a situação sob controle e anuncia que adotaria medidas de repressão*, 5) *Comandante do III Exército dirige-se à brigada militar*, 6) *Goulart assinou ontem expropriação das empresas distribuidoras de petróleo*, 7) *João Goulart chegou às 3,15 horas de hoje*, 8) *Os oficiais do comandante do III Exército – Comunicação do governador do Estado ao legislativo*, 9) *Proclamação do general Ladário Pereira Teles*, 10) *Pronunciamento do Sr. Goulart – “Não recuarei, não me intimidarei e regarei”*, 11) *Força de Vanguarda – Reunidos os titulares de órgãos*

federais no RGS, 12) Governo do estado transfere sua sede para Passo Fundo, onde organiza resistência, 13) Situação nos quartéis da área do terceiro exército, 14) Últimas notícias, 15) A nota oficial do PTB, 16) Apelo do general Cordeiro de Farias ao Rio Grande, 17) Sem possibilidades para uma resistência – Às 11,45 de ontem Jango voou para o exílio, 18) Cidade volta aos poucos ao ritmo normal das atividades, 19) Gerais Ladário Teles e Assis Brasil seguiram hoje para a Guanabara, 20) Horas de emoção, 21) O dia de ontem, 22) Sem possibilidades e 23) O diálogo dos aflitos.

Excessos: *1) Abelardo Jurema e governador Badger Silveira presos, 2) Prefeito de Bagé foi preso pelos militares, 3) Prisão do almirante Aragão teve lances dramáticos, 4) Arrais está preso e incomunicável em Fernando de Noronha, 5) Assembleia Legislativa – Crítica de deputados a prisões efetuadas no Rio Grande do Sul, 6) Darcy foi preso em Brasília, 7) Diversos servidores da CEEE presos pela DOPS, 8) Libertação de Abelardo Jurema, 9) Ministros de Goulart presos em Congonhas, 10) Vereadores contra as prisões, 10) Crime Político, 11) Comunistas chineses presos no Rio estavam mancomunados com o governo, 12) Congresso discorda de cassação de mandatos, 13) Presidente do IAPB, 14) Não há mais lugar no “Ary Parreiras” – Calcula-se que já foram efetuadas mais de 2500 prisões na Guanabara, 15) Panorama político – Democratas decididos a afastar definitivamente ameaça comunista, 16) Assembleia Legislativa – Prisões, 17) Prisão de Várias Pessoas – Região do rio dos Sinos sob controle militar, 18) Prisões políticas no Rio – Plantão de juízes para atender habeas-corpus e 19) Lamentável ocorrência na 5ª zona aérea – Tenente-coronel alvejou o comandante e foi morto, na ocasião, por um colega.*

Visão internacional: *1) Comentários de alguns dos maiores jornais do mundo a respeito da situação vigente no Brasil, 2) Crise político-militar do Brasil segundo ponto-de-vista comunista, 3) Governo do Uruguai apoiou o movimento militar contra Goulart, 4) Brasil ganhou importante batalha contra o comunismo, 5) Desesperado esforço de Goulart em manter o poder, 6) Estados Unidos asseguram ao Brasil a continuidade de sua cooperação, 7) Novos comentários na imprensa mundial sobre a queda de Goulart, 8) Queda do Presidente Goulart e a situação brasileira repercutem entre os governos e a imprensa mundial e 9) Johnson satisfeito com processo constitucional que derrubou Goulart.*

A primeira observação a ser feita refere-se à diferença na quantidade de matérias presentes nos dois veículos de imprensa. O *Correio do Povo* apresenta quase o dobro do jornal carioca. O motivo fica esclarecido se for considerado que no jornal gaúcho se somam

às notícias vindas do Rio de Janeiro aquelas que dizem respeito à situação do Rio Grande do Sul. Se considerarmos o descritor “resistência ao golpe”, essa diferença é ainda maior, pois no *Correio do Povo* é quase três vezes mais (23 contra oito matérias).

A abordagem do *Jornal do Commercio* é francamente favorável ao movimento que destituiu João Goulart da presidência da República. O jornal gaúcho, por sua vez, tem um enfoque mais jornalístico informativo, noticiando o que ocorreu e, ao mesmo tempo, justificando a necessidade da derrubada do presidente, indicando uma necessidade de convencer a opinião pública. Dois aspectos comuns a serem considerados se relacionam ao fato de não utilizarem a palavra golpe e de considerarem a ação do Exército necessária para manter a ordem, a democracia e a preservação da Constituição. Em ambos os periódicos se apresenta a ideia de ser necessário reconduzir o país a um clima de paz, porque esse estaria afetado pela influência comunista, com a conivência do governo.

Em *Almirantado encarna a Nação*⁵⁶ o *Jornal do Commercio* noticia trechos de manifesto do senador Auro de Moura Andrade. Para o congressista, o Almirantado encarna a própria nação ferida. Todo o Brasil democrático deve, pois, afirmar solidariedade às manifestações de repúdio do almirantado para com a decisão do governo de anistiar os envolvidos na revolta dos marinheiros. O periódico em *A sucessão e a lei magna*⁵⁷ já, inclusive, trazia trechos de artigos da Constituição de 1946 que versavam sobre a sucessão presidencial.

Quando o periódico carioca noticiava os debates que ocorriam no Congresso ou na Assembleia Legislativa dava-se mais ênfase às opiniões de legisladores favoráveis à deposição de Goulart. Em *Assembleia Legislativa – Amaral Peixoto prega derrubada de Goulart*⁵⁸ tal ênfase torna-se evidente. A matéria fala de bate-boca ocorrido entre deputados favoráveis a Goulart e deputados contrários a Goulart, no entanto, a manchete do jornal só faz referência à opinião do legislador, defensor da derrubada do presidente. A opinião pública só ficaria informada da existência de deputados favoráveis ao presidente, caso lesse toda a reportagem.

Outros dois aspectos contribuem para a percepção de que o *Jornal do Commercio* defendia a deposição de Goulart. O primeiro relaciona-se ao fato de que foram 18 matérias destinadas a informar ao leitor sobre o andamento da marcha mineira e o número de adesões militares ou civis. Esse número representa quase 40% do conteúdo jornalístico desse veículo,

⁵⁶ Matéria informativa de 1º de abril de 1964

⁵⁷ Matéria informativa de 1º de abril de 1964.

⁵⁸ Matéria informativa de 1º de abril de 1964.

em relação ao total de matérias relacionadas ao golpe civil-militar de 1964. O segundo aspecto refere-se ao número bem menor de matérias (metade) destinadas a noticiar o apoio ao presidente, descritor nomeado de resistência ao golpe.

Em *Várias Notícias* de 1º de abril de 1964, o jornal carioca opina que a ação armada contra o presidente era justificável, pois era necessário impedir o avanço comunista, o qual caminhava a passos largos durante o Governo Goulart. O jornal afirma que a situação do país já era prevista desde que o Brasil foi escolhido pelo comunismo internacional como post-chave para implantação da guerra revolucionária na América Latina. Segundo a reportagem, não era novidade a estratégia comunista de utilização das reformas como ideia-força visando à tomada de poder pelos comunistas. Isso já era ensinado desde 1959 pelo Estado Maior do Exército.

Em editorial de dois de abril de 1964, “*Primeiro, Limpar*”, tem-se um título que surge como um panfleto político em busca de fundamentar a necessidade do golpe de Estado, ao centrar na influência negativa exercida pelos comunistas no país. Para o periódico, ainda não era o momento de comemorar a vitória da marcha “revolucionária” mineira, mas sim, **aproveitar para limpar o país da ameaça comunista**. Não se encontra a utilização do termo golpe, mas optou-se por colocar a expressão revolucionária entre aspas, pois foi a maneira utilizada pelo jornal para se referir ao movimento; no primeiro momento a marcha mineira foi conceituada como rebelião. O destaque em negrito se justifica para frisar o enfoque central usado pelos articuladores do golpe civil-militar no perigo comunista. Realizado o “ato revolucionário” era preciso então “limpar o país”.

O *Correio do Povo* se posicionou favorável à deposição de Goulart, porém a narrativa é diferente daquela usada pelo jornal carioca, pois a centralidade é dada à necessidade de se restabelecer a democracia e a ordem no país. Em *O Brasil já sofreu demasiadamente com o governo atual. Agora, basta!*⁵⁹, o jornal traz a íntegra de editorial do jornal *Correio da manhã*. Como o título já sugere, segundo o editorial compartilhado, Goulart não poderia terminar seu mandato, pois seu governo já teria provocado a desestabilização do país, era a hora dele sair.

Em *Pela Lei e Pela Ordem*⁶⁰, o periódico gaúcho expõe da seguinte maneira seu posicionamento em relação à crise política vivida no país:

⁵⁹ Matéria informativa de 1º de abril de 1964.

⁶⁰ Matéria opinativa de 1º de abril de 1964, página 18.

Este jornal, fiel à linha que lhe traçou seu inolvidável fundador, Caldas Júnior, como órgão independente, sem filiações partidárias nem vinculações de nenhum tipo com grupos ou organizações de qualquer natureza, segue, no entanto, acima de quaisquer injunções, uma impessoal orientação pragmática: a da defesa das instituições democráticas e da ordem constitucional que as exprime.

Na manchete *Estudantes de engenharia são contra Goulart*⁶¹ o jornal de Porto Alegre demonstra sua oposição a João Goulart, porém ao ler a matéria se constata que grande parte das lideranças estudantis apoiava Goulart, exceto os estudantes de Engenharia. Diferente do jornal carioca, o *Correio do Povo*, além de destacar os movimentos contrários, também deu ênfase aos movimentos favoráveis a Goulart. Foram 25 matérias falando sobre a ação mineira⁶² e as manifestações de apoio recebido, porém se encontra no jornal de Porto Alegre, diferente do que se encontra no jornal carioca, 24 matérias relacionadas aos movimentos de resistência ao golpe no Rio Grande do Sul. Mais significativo ainda, para aquela conjuntura, foi o espaço ocupado, no *Correio do Povo*, pelas matérias relacionadas à resistência ao golpe, evitando a capa e páginas mais centrais; essas foram ocupadas por matérias relacionadas ao golpe e ao apoio recebido.

Lembremos ser o *Correio do Povo* um periódico localizado na cidade de Porto Alegre. A maior esperança de êxito em resistir ao golpe, por parte dos apoiadores de João Goulart, estava associada à possibilidade de conseguir organizar novamente uma rede da legalidade na capital gaúcha e resistir ao golpe com auxílio do III Exército. Essa movimentação é noticiada pelo periódico de Porto Alegre, particularmente as movimentações políticas e militares ocorridas na capital sul-rio-grandense. O *Correio do Povo* não se posiciona contra o golpe, afinal não havia conjuntura que permitia essa conduta e, ao mesmo tempo, não se podia esperar isso do jornal, que se orgulhava historicamente em se afirmar como “neutro” no jogo político. Entretanto, sua posição é diferente do *Jornal do Commercio*, que se posiciona como defensor do golpe.

O *Correio do Povo* informava à opinião pública e, ao mesmo tempo, refletia as diferenças de posicionamento no interior dessa, assumindo uma postura de noticiar os fatos “nacionais” (ação mineira e as situações no Rio de Janeiro e Brasília) e a repercussão desses

⁶¹ Matéria informativa de 2º de abril de 1964.

⁶² Ação mineira foi como os dois jornais se referem ao evento iniciado pelo general de exército Mourão Filho, na manhã de 31 de março de 1964, quando tropas do Exército marcharam em direção ao Rio de Janeiro. Na noite do dia seguinte, a presidência foi declarada vaga e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, foi empossado presidente do Brasil. A ação de Mourão Filho havia sido articulada pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, com os militares Odílio Denis, Carlos Luiz Guedes e Mourão Filho. Cf. FGV-CPDOC. Magalhães Pinto. Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/magalhaes_pinto. Acessado em 30 de abril de 2019.

fatos no território sul-rio-grandense. Isso pode ser visto nas manchetes: *Chegou esta madrugada o novo comandante do III Exército*⁶³, *Comandante do III Exército dirige-se à brigada militar*⁶⁴, *João Goulart chegou às 3,15 horas de hoje*⁶⁵, *Os ofícios do comandante do III Exército – Comunicação do governador do Estado ao legislativo*⁶⁶, *Proclamação do general Ladário Pereira Teles*⁶⁷, *Força de Vanguarda – Reunidos os titulares de órgãos federais no RGS*⁶⁸, *Governo do estado transfere sua sede para Passo Fundo, onde organiza resistência*⁶⁹, *Situação nos quartéis da área do terceiro exército*⁷⁰, *Apelo do general Cordeiro de Farias ao Rio Grande*⁷¹, *Sem possibilidades para uma resistência – Às 11,45 de ontem Jango voou para o exílio*⁷², *Cidade volta aos poucos ao ritmo normal das atividades*⁷³, *O dia de ontem*⁷⁴, *Sem possibilidades*⁷⁵ e *O diálogo dos aflitos*⁷⁶.

As condições para a formação de uma nova rede da legalidade não eram as mesmas de 1961. A substituição do comando do III Exército por um general da confiança do dispositivo militar de João Goulart não garantiu a adesão de todas as tropas que compunham a III região Militar do Exército, com sede em Porto Alegre. As forças da Brigada Militar, sob comando do governador Ildo Meneghetti, opositor de João Goulart, não se aliaram às forças sob comando do general Ladário Telles. Politicamente a cidade estava dividida, pois o prefeito era partidário de Goulart, mas o governador não era.

Tal impasse, inclusive, levou o governador do Rio Grande do Sul a transferir a sede do governo de Porto Alegre para Passo Fundo. Ildo Meneghetti prometia que organizaria juntamente com a Brigada Militar estadual uma resistência à força que Leonel Brizola, Sereno Chaise (prefeito de Porto Alegre), Ladário Teles (general recém-nomeado para o comando do III Exército) e João Goulart planejavam mobilizar na capital gaúcha. Tudo isso era noticiado no *Correio do Povo*. A cidade viveu momentos de grande tensão e o jornal não se omitiu em noticiá-los.

⁶³ Matéria informativa de 1º de abril de 1964.

⁶⁴ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁶⁵ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁶⁶ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁶⁷ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁶⁸ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁶⁹ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁷⁰ Matéria informativa de 02 de abril de 1964.

⁷¹ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

⁷² Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

⁷³ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

⁷⁴ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

⁷⁵ Matéria opinativa de 03 de abril de 1964.

⁷⁶ Matéria opinativa de 04 de abril de 1964.

Consideramos utilizar a expressão “excessos” como um descritor temático para simbolizar todas as ações relacionadas às prisões e discussões a respeito de cassações divulgadas pelos periódicos. As diferenças entre os dois jornais sobressaem nesse descritor, pois o *Correio do Povo* possui praticamente quatro vezes mais matérias que o *Jornal do Commercio* (19 contra cinco). A utilização de tal descritor se justifica, pois o conceito de democracia não permite incluir censura ou eliminação de opiniões contrárias. Naquela conjuntura, muitas pessoas contrárias à deposição do presidente foram presas e deputados cassados. Ambos os jornais noticiavam esses acontecimentos.

O *Jornal do Commercio* apoiava as prisões, pois seria a melhor maneira de garantir a ordem conquistada pela revolução e acabar com o perigo comunista. Em *Exército e polícia atuam juntos para restaurar a ordem*⁷⁷, esse posicionamento do periódico fica explícito. O jornal faz questão de frisar que a polícia estadual (Guanabara) e o exército agiram em sintonia. Diferente do *Correio do Povo*, que noticiou as divergências, inclusive a transferência da capital do estado para Passo Fundo e as divisões no III Exército, portanto a suposta unidade naquele momento não era um fato em todo o território nacional.

Em *Militares prendem Aragão e Osvino*⁷⁸, *Polícia prende Pinheiro Neto e invade Bancários*⁷⁹ e *Novas prisões em Minas*⁸⁰, o *Jornal do Commercio* noticia que a maior parte dos presos eram lideranças sindicais ou ex-ministros que compunham a gestão Goulart. Se a opinião do periódico em relação às prisões era favorável, não se pode dizer o mesmo em relação à depredação de prédios de jornais. Em *Gazetilha – Os Extremistas*⁸¹, o jornal critica a ação de alguns grupos militares que invadiram redações de jornais. De acordo com o periódico era necessário conter os excessos dos extremistas para garantir uma imprensa livre. Em *Líderes contrários à cassação*⁸², o jornal carioca informa conteúdo de reunião do colégio dos líderes ocorrida na Câmara dos Deputados em Brasília, na qual o deputado udenista Aduino Lúcio Cardoso afirma ser provocação a lista de cassações que circulava. A reportagem informa, também, acordo entre as lideranças no sentido de não tolerarem a quebra das imunidades parlamentares.

O *Correio do Povo* também noticiou a efetuação da prisão de lideranças políticas de esquerda, porém se percebe a ênfase dada aos excessos cometidos pelo “grupo vencedor”. Isso

⁷⁷ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁷⁸ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

⁷⁹ Matéria informativa de 05 de abril de 1964.

⁸⁰ Matéria informativa de 06 e 07 de abril de 1964.

⁸¹ Matéria opinativa de 03 de abril de 1964.

⁸² Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

pode ser visto nas matérias: *Darcy foi preso em Brasília*⁸³, *Libertação de Abelardo Jurema*⁸⁴, *Ministros de Goulart presos em Congonhas*⁸⁵, *Arrais está preso e incomunicável em Fernando de Noronha*⁸⁶, *Diversos servidores da CEEE presos pela DOPS*⁸⁷, *Comunistas chineses presos no Rio estavam mancomunados com o governo*⁸⁸, *Não há mais lugar no “Ary Parreiras” – Calcula-se que já foram efetuadas mais de 2500 prisões na Guanabara*⁸⁹, *Panorama político – Democratas decididos a afastar definitivamente ameaça comunista*⁹⁰, *Assembleia Legislativa – Prisões*⁹¹, *Prisão de Várias Pessoas – Região do rio dos Sinos sob controle militar*⁹² e *Prisões políticas no Rio – Plantão de juízes para atender habeas-corpus*⁹³.

No *Correio do Povo* o noticiário sobre as cassações apresenta alguma diferença. Em *Assembleia Legislativa – Crítica de deputados a prisões efetuadas no Rio Grande do Sul*⁹⁴ e *Vereadores contra as prisões*⁹⁵, o jornal de Porto Alegre não se omite em publicar que no Rio Grande do Sul as prisões não eram bem vistas, como também não eram as cassações. Em *Congresso discorda de cassação de mandatos*⁹⁶, o periódico noticia que no Congresso a opinião majoritária era para a não cassação de mandatos. Em *Crime Político*⁹⁷ e *Lamentável ocorrência na 5ª zona aérea – Tenente-coronel alvejou o comandante e foi morto, na ocasião, por um colega*⁹⁸, o jornal noticia dois assassinatos e deixa a entender como podem ser perigosos os excessos cometidos em nome da revolução e da defesa pela democracia.

A imprensa internacional não silenciou diante dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Ambos os periódicos procuraram informar à opinião pública como as nações e jornais estrangeiros se posicionavam diante dos fatos brasileiros. O *Jornal do Commercio*, em duas matérias, expôs a visão do *New York Times* a respeito de João Goulart. Em *New York Times – Goulart tentaria golpe apoiando-se na esquerda*⁹⁹, o jornal carioca noticia um resumo do editorial do jornal nova-iorquino de trinta e um de março de 1964. Para o NYT, Goulart tem

⁸³ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁸⁴ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁸⁵ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁸⁶ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁸⁷ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁸⁸ Matéria informativa de 05 de abril de 1964.

⁸⁹ Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹⁰ Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹¹ Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹² Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹³ Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹⁴ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁹⁵ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

⁹⁶ Matéria informativa de 05 de abril de 1964.

⁹⁷ Matéria opinativa de 05 de abril de 1964.

⁹⁸ Matéria informativa de 07 de abril de 1964.

⁹⁹ Matéria informativa de 1º de abril de 1964.

ambição pelo poder e para isso ele se uniu aos setores de esquerda para aplicar um golpe no Brasil. O presidente representaria uma grande ambiguidade, pois era um rico latifundiário, mas adotava uma política social e econômica de esquerda e às vezes de extrema esquerda. Em *New York Times: deletéria influência de João Goulart*¹⁰⁰, o *Jornal do Commercio* novamente traz trechos de editorial do NYT, dessa vez de dois de abril de 1964, em que Goulart é taxado de “esquerdistas” e um “socialista de salão”.

A ação dos golpistas ou revolucionários, de acordo com as reportagens do *Jornal do Commercio*, teria sido uma resposta à ameaça causada por Goulart, que não se sabia se era de fato comunista, mas, com certeza, estava levando o país para o caos. Tal interpretação justifica duas reportagens do dia três de abril. Em *Johnson cumprimenta Mazzilli e Gazetilha diplomática – O reconhecimento do novo governo*, o periódico carioca noticia o reconhecimento do novo governo brasileiro pelo presidente dos Estados Unidos e que as outras nações mundiais devem seguir tendência semelhante à norte-americana, pois não houve inconstitucionalidade na deposição do presidente.

Em duas notas de três de abril de 1964, o *Jornal do Commercio* expôs a opinião de Rússia e Venezuela a respeito da crise brasileira. Em *Rússia*, o jornal noticia denúncia feita por agência soviética, que acusou a rebelião contra Goulart ser inspirada por Washington. Em *Venezuela*, o periódico carioca noticia declaração do Ministro do Exterior venezuelano, Ignácio Borges. Ele considera confusa a situação brasileira e afirma que a Venezuela só firmará sua posição quando a situação brasileira estiver clara.

O *Correio do Povo*, em *Comentários de alguns dos maiores jornais do Mundo a respeito da situação vigente no Brasil*¹⁰¹, noticiou trechos dos editoriais de jornais de Nova York, Washington e Roma. O conteúdo do *New York Times* exposto pelo periódico gaúcho é o mesmo do *Jornal do Commercio*. Entretanto, apresenta também a posição de outro jornal nova-iorquino, *New York Post*, no qual aparece a pouca confiança em relação às forças militares que depuseram Goulart. Eles não acreditam na capacidade dos generais de solucionar os problemas sociais do Brasil. O *Evening Star*, de Washington, destaca o risco que era o jogo sinistro feito por Goulart ao se aproximar de lideranças comunistas. O jornal *II Tempo*, de Roma, apresenta o comentário de que o Exército brasileiro agiu para garantir a paz.

O *Correio do Povo* procurou expor também, diferentemente do jornal carioca, o olhar de comunistas a respeito dos acontecimentos brasileiros. Em *Crise político-militar do Brasil*

¹⁰⁰ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

¹⁰¹ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

*segundo ponto-de-vista comunista*¹⁰², o jornal noticiou trechos de órgãos de imprensa da Polônia, China e Cuba. Os jornais poloneses, *Trybuna Ludu* e *Zude Warszawy*, denunciaram o movimento brasileiro como reacionário e comandado por um fascista, Carlos Lacerda; o chinês *Novo Correio Vespertino* acusou o governo norte americano de ter maquinado tudo o que ocorreu no Brasil; e os cubanos *El Mundo* e *La Tarde*, de acordo com *Correio do Povo*, estiveram bem atentos à situação brasileira e procuraram informar, diariamente, à opinião pública cubana.

Em *Governo do Uruguai apoiou o movimento militar contra Goulart*¹⁰³, o *Correio do Povo* informou que manteve contato com o jornalista uruguaio Dr. Jorge Battle Ybanez, diretor do jornal *Accion*, de Montevidéu, para saber informações sobre a chegada de João Goulart ao Uruguai. O jornalista, além de negar informação da chegada do ex-presidente, informou ao jornal gaúcho que o Conselho Nacional do Governo do Uruguai manifestou integral simpatia com o movimento armado, responsável por depor João Goulart. Interessante e contraditório, pois se por um lado informa que o governo Uruguaio apoiava o golpe civil-militar brasileiro, por outro foi o governo desse país que ofereceu asilo político para João Goulart.

Em Portugal prevalecia o Estado Novo (1933 e 1974), o regime autoritário comandado por Antônio de Oliveira Salazar, que enfrentava as primeiras dificuldades, em função do início da crise nas colônias, que levaria às guerras coloniais, e da chamada “crise acadêmica”, que deu início ao movimento estudantil, em 1962. O *Correio do Povo* noticiou a opinião da imprensa portuguesa, que funcionava sob a censura do regime. Em *Brasil ganhou importante batalha contra o comunismo*¹⁰⁴, aparece a opinião da *União Nacional*, órgão oficial do partido de Salazar, de que o Brasil venceu sua crise e ganhou importante batalha contra o comunismo. O *Diário da Manhã* era da mesma opinião: os acontecimentos brasileiros eram de interesse universal e, para o periódico, a situação se agravaria e chegaria ao ponto de nem Goulart nem as lideranças sindicais controlarem o avanço do movimento vermelho em território brasileiro. Para o jornal de Lisboa, a vitória foi importante para afastar os ventos cubanos de território brasileiro.

Em *Estados Unidos asseguram ao Brasil a continuidade de sua cooperação*¹⁰⁵, o jornal de Porto Alegre traz o pronunciamento do Secretário de Estado dos EUA, Dean Rusk, de que a deposição de Goulart aparentemente teria contado com apoio das mais diversas

¹⁰² Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

¹⁰³ Matéria informativa de 03 de abril de 1964.

¹⁰⁴ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

¹⁰⁵ Matéria informativa de 04 de abril de 1964.

classes sociais brasileiras e que a cooperação com o Brasil estaria garantida, pois o movimento brasileiro teria sido resultado da expressão popular. Em *Johnson satisfeito com processo que derrubou Goulart*¹⁰⁶ se tem o pronunciamento do presidente americano. As matérias tiveram grande destaque no jornal, ocupando o topo das respectivas páginas e ainda vieram acompanhadas das fotografias dos personagens estrangeiros citados.

As análises dos periódicos escolhidos para a presente pesquisa nos levam a crer que a opinião pública dinâmica apoiou o movimento responsável por depor o presidente João Goulart, porém existem diferenças entre os veículos de imprensa. O jornal carioca se apresenta como construtor de uma narrativa nacional que fundamenta o golpe civil-militar e, por outro lado, o jornal de Porto Alegre traz as divergências e contradições presentes na dinâmica sul-rio-grandense.

¹⁰⁶ Matéria informativa de 05 de abril de 1964.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de constituição da nacionalidade e a formação histórica do território do Estado-Nação na Europa e na América foram fenômenos iniciados no século XIX e consolidados no século XX, com diferentes momentos marcantes. No Brasil não foi diferente. Se considerarmos como referência o sete de setembro de 1822, teremos a Confederação do Equador (Pernambuco, 1823-1824); Guerra da Cisplatina (Independência do Uruguai, 1825-1828); Cabanagem (Pará, 1835-1840); Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845); Balaiada (Maranhão, 1838-1841); e Insurreição Praieira (Pernambuco, 1848-1850).

Nesse primeiro momento, o poder localizado no Rio de Janeiro foi suficientemente forte para manter a unidade das partes que comporiam o Estado brasileiro, exceto pela perda da Cisplatina (Uruguai). Outro momento significativo é representado pela Era Vargas (1930-1945) e o processo político que se seguiu até o 31 de março de 1964. Essa última data, com certeza, marca o encerramento de um ciclo começado em 1930, abrindo um novo período nesse processo de construção do Estado brasileiro. Essa data de 31 de março é significativa por marcar a deposição do então presidente João Goulart no movimento político que foi conceituado nesta dissertação de golpe civil-militar de 1964, devido à participação do exército e de setores da sociedade civil.

A interferência do Exército, no período republicano, foi classificada por muitos comentaristas e estudiosos da política nacional como uma espécie de poder moderador, fazendo referência ao poder privativo exercido pelo monarca reinante no período do Brasil Império. Essa interferência, em “momentos de crise” política, foi uma constante no período republicano da história do Brasil. Em momentos e contextos variados, o Exército intervia diretamente ou, até mesmo, tomava o poder, mas, posteriormente, devolvia aos civis. Pode se dizer que a participação das Forças Armadas na política republicana brasileira é tradição. Então, se a deposição de um presidente não era algo espetacular e único na história nacional, porque o golpe civil-militar de 1964 merece ser destacado e é gerador de muitas polêmicas? No lugar de devolver o poder aos civis, os militares ficaram no poder por duas décadas.

Muitos trabalhos foram produzidos para tentar explicar os motivos que levaram um presidente legítimo, com elevados índices de popularidade, a ser deposto em ação com tão rápido êxito. A maioria desses trabalhos propôs explicar o golpe civil-militar brasileiro de 1964 a partir de uma escala nacional. Consideramos que, aumentando a escala, poderíamos encontrar pormenores que passaram despercebidos nas análises feitas a partir da escala do Estado-Nação. Existem trabalhos que abordam a questão na escala dos entes federativos, mas

tais trabalhos não se propuseram a discutir a questão na perspectiva espacial, ou seja, respondendo ao desafio de levar a espacialidade para a análise dos processos políticos, particularmente o território e a territorialidade.

O território é constituído a partir de relações de poder. No processo de formação histórica do território do Estado-Nação são constantes e persistentes as ações de resistência, que são negligenciadas nas análises ou consideradas apenas expressões de regionalismos. Tais análises não consideram a existência de centros periféricos de poder, que costumam resistir ao poder emanado do centro, isso é, da capital que comanda o processo de construção do Estado nacional. Tais centros periféricos podem resistir às determinações da capital por diversos motivos. Um desses motivos está relacionado ao fato de que o processo responsável pela formação de um Estado-Nação, não é completamente exitoso no sentido de suprimir o vivido cotidiano-territorial de entidades territoriais que preexistiam e se sustentam em centros periféricos de poder. Os centros periféricos cultivam formas diferentes de territorialidade daquela representada pela capital. Dessa forma, muitas vezes, a periferia não se vê representada pela capital.

A aplicabilidade dessa noção à realidade da formação do território brasileiro nos levou a considerar o conflito histórico existente entre a cidade do Rio de Janeiro e a cidade de Porto Alegre, tendo em vista que essa última pode ser considerada uma centralidade periférica que construiu identidade própria e particular em relação à centralidade emanada da primeira. A Farroupilha, a Revolução Federalista e a Campanha da Legalidade representam três movimentos marcantes, em momentos diferentes, da história do Brasil em que o centro periférico, representado por Porto Alegre, resistiu à capital, o Rio de Janeiro. Assim, levantamos questões para os acontecimentos de 31 de março de 1964. Na crise política que conduziu o golpe civil-militar, estiveram presentes questões marcadas por relações de poder entre as duas cidades? Como mensurar isso?

Partimos do pressuposto de que nos países cuja imprensa é livre, é possível encontrar refletido nos jornais a opinião pública. Os jornais não podem se distanciar muito do público para o qual escreve. Dessa forma, consideramos que os jornais mais tradicionais do Rio de Janeiro e Porto Alegre poderiam demonstrar uma diferenciação de territorialidade e que isso estaria presente nas tensões que marcaram o golpe civil-militar brasileiro de 1964. Definimos, portanto, o *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, e o *Correio do Povo*, Porto Alegre.

Do ponto de vista metodológico, seguimos orientação que considera a utilização da análise de conteúdo para traçar uma fisionomia exata do conteúdo dos jornais. A análise de conteúdo foi feita conforme Bardin (1977). Consideramos analisar cronologicamente o

conteúdo, pois poderia haver alteração na opinião pública anterior e posterior ao golpe civil-militar de 1964. Para o período anterior (24/03/1964 a 31/03/1964) escolhemos, como parâmetro para a análise, as reformas de base e para o período posterior (01/04/1964 a 07/04/1964) escolhemos o golpe civil-militar.

Não foram encontradas nos jornais estudados reportagens explícitas que defendessem a diferenciação de territorialidades, ou mesmo, propusessem uma resistência em nome da identidade gaúcha. Entretanto, se encontrou nas matérias sobre as Reformas de Base do *Jornal do Commercio* e do *Correio do Povo* diferenças nas subcategorias descritoras, e ao se examinar os conteúdos, se percebeu que indicam diferenças de abordagem se consideramos onde colocam o foco: o primeiro na generalidade da conjuntura nacional marcada pelos elementos que permitem fundamentar o golpe que derrubou o presidente; o segundo nos interesses sul-rio-grandense e nas divisões políticas próprias à história gaúcha. No primeiro, as reformas são instrumentos de politização e desgaste do presidente da República; para o segundo, são questões que devem ser debatidas porque afetam os interesses e as divisões de poder locais, não se colocando a tese da derrubada do presidente, mas o receio de que esse possa se perpetuar no poder, como fez Getúlio Vargas.

O conteúdo relacionado ao golpe foi dividido, nos dois jornais, em cinco subcategorias: o golpe e as manifestações de apoio, a influência comunista, a resistência ao golpe, excessos e a visão internacional. Ambos os jornais se posicionaram favoravelmente ao golpe civil-militar, com as divergências entre eles mais acentuadas ainda em relação ao golpe. O *Correio do Povo* deu mais ênfase aos movimentos de resistência, localizados no Rio Grande do Sul; e o *Jornal do Commercio* em demonstrar que o golpe foi necessário para afastar o perigo comunista. Tem-se aí um detalhe particularmente significativo, que oferece indícios de que a questão da territorialidade deve ser mais bem investigada no estudo da história política brasileira mais recente, não se restringindo ao período apenas da formação do Estado na época do Império. O processo de construção do Estado é permanente e nunca está acabado, como se pode ver nas tensões que emergem ao se examinar os jornais com a hipótese levantada por esta dissertação.

Tal diferença nos permite afirmar que, mesmo considerando as semelhanças quantitativamente e qualitativamente, Porto Alegre continuava representando uma territorialidade própria e distinta da lógica nacional. As forças políticas sul-rio-grandense estavam centradas nas disputas locais, que são evidenciadas na divisão da cidade em relação aos acontecimentos relativos à conjuntura nacional que não se relacionam à polarização esquerda versus direita, ou populismo e anti-populismo. O que dividia os gaúchos dizia

respeito, ao mesmo tempo, às questões locais e às nacionais. O prefeito de Porto Alegre formava junto com Leonel Brizola e algumas guarnições do III Exército, sob comando do general Ladário Telles, a possibilidade de João Goulart resistir ao golpe civil-militar, assim como aconteceu na campanha da legalidade de 1961. Já o governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, apoiou o movimento responsável por depor João Goulart. Essa disputa local torna-se ainda mais evidente quando lembramos que a Brigada Militar, polícia estadual gaúcha, recusou-se a unir forças ao comandante do III Exército. A opinião pública de Porto Alegre vivia essa tensão e o *Correio do Povo* foi um porta-voz desse importante momento histórico.

A investigação a respeito das diferenças entre a centralidade nacional e a centralidade periférica, ou seja, sobre a existência de outra territorialidade, com lógicas próprias e até conflitantes em relação ao que é posto pela conjuntura nacional, não puderam ser aprofundadas nesse trabalho, pois o mestrado não oferece tempo suficiente para isso. O que se conseguiu foi abrir um caminho que nos parece promissor para futuras pesquisas. Seria necessário analisar outros periódicos de Porto Alegre e de capitais de outros entes federativos, principalmente de Pernambuco. Isso permitiria levar a discussão para além do que se coloca hoje, apenas no campo político, centrado nas forças lideradas por Brizola e Arraes, respectivamente. Uma investigação que considerasse a espacialidade dos fenômenos políticos, particularmente o conceito de multiterritorialidade no que se denomina de processo de construção do Estado, nos parece promissora.

Avançando mais ainda, poderia se cruzar as análises dos periódicos de maior visibilidade com outros menores, para se conseguir fazer emergir com mais clareza as questões territoriais que interferem nas conjunturas nacionais e, dessa forma, abrir a análise para outras dimensões que possibilitem especializar os processos políticos. Também pode ser uma opção para analisar a extensão e o nível de diferenças entre as questões nacionais e locais, para além da convencional abordagem sobre regionalismos e particularismos, tratados como fenômenos menores e sem importância.

Por outro lado, nossa análise em relação ao golpe civil-militar de 1964, que tomou como fonte dois jornais tradicionais e com uma expressiva longevidade, possibilitou identificar na opinião pública similaridades que nos leva a refletir sobre as ações políticas adotadas durante o período imperial para a construção da nacionalidade e, principalmente, na Era Vargas, que muito investiu nesse sentido, como realizadoras de estratégia de sucesso. Isso não significa, no entanto, que não permaneçam tensões no interior dessa nacionalidade. Não se pode afirmar, com certeza, que a nacionalidade brasileira estava completamente

consolidada, pois isso exigiria estudos na linha do que propusemos fazer nesta dissertação.

Um exemplo é o gauchismo, cuja obra de Luvizotto (2009) é apenas um exemplo. A autora mostra que entre os sul-rio-grandenses ainda existem setores que alimentam a ideia de uma separação/independência. O movimento “O Sul é Meu País” demonstra um pouco dessa realidade, pois em sete de outubro de 2017 foi feito um plebiscito para consultar se os povos paranaenses, catarinenses e gaúchos concordavam em separar os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul do restante do país¹⁰⁷.

O que procuramos fazer foi levar para a História e a análise política a dimensão espacial, com ajuda de geógrafo como Raffestin (1993). A problematização dos conceitos de território, territorialidade e espacialidade dos processos políticos é uma possibilidade promissora de pesquisa. É preciso recusar a ideia do Estado como única escala possível de análise. Daí pode ajudar as noções de múltiplos territórios e multiterritorialidades, conforme assinala Haesbaert (2007). É preciso encontrar ferramentas conceituais que permitam revisitar a história do Brasil para além da chamada história regional.

¹⁰⁷ Para mais informações consultar <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/consulta-sobre-separacao-do-rssc-e-pr-do-pais-tem-9613-dos-votos-favoraveis-mas-adesao-cai.ghtml>. Acessado em 01/05/2019 às 11h58min.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O golpe de 1964 e o voto popular. **Novos Estudos**, 98, Março 2014.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lembranças do golpe — 1964. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 8-21, jan./jun. 2014.
- BATISTELLA, Alessandro. Os reflexos políticos do golpe de 64 no Paraná e as eleições de 1965. **História** v. 34, n.1, (São Paulo) jan./jun. 2015. p. 274-302.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARRETO, Célia da Barros. et. al. **O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação** – 11^o ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964**. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-norma-pe.html>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- BRASIL, Bruno. Jornal do Commercio (Rio de Janeiro). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 16 fev. 2019.
- BECKER, Jean Jaacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2003, p. 185-205.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais**. 1988. 260p. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.
- BURKS, Edward; FRANKEL, Max; SZULC, Tad. O golpe de 1964 nas páginas do New York Times. **Estudos Avançados** 28 (80), 2014.
- CARDOSO, Fernando Henrique. et. al. **O Brasil monárquico, v.2: dispersão e unidade** – 8^a ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140 – 2011.
- CARVALHO, Jose Murilo de. 1964 meio século depois. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 24 (1), 9-14_janeiro-abril de 2014.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

COARACY, Vivaldo. **Memória da cidade do Rio de Janeiro**. 1. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 85-104.

COSTA, Eimar Bones da (ed). **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

DANTAS, Audálio. A mídia e o golpe militar. **Estudos avançados**, Abr 2014, Volume 28, nº 80, pp. 59-74.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, 28, 2009.

DEZEMONE, Marcus. a questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

DINES, Alberto et. al. **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1964.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado : ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed., rev. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESPIG, Marcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIV, n.2, p. 269-289, dezembro de 1998.

FERREIRA, Jorge. Panfleto as esquerdas e o “jornal do homem da rua”. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 26, nº 44: p.619-638, jul/dez 2010.

_____. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134- 2013.

_____; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**/Jorge Ferreira, Ângela de Castro Gomes. 1º Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**. 2002, vol.23, n.79, p.257-272.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

FIQUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Democracia ou reformas?: alternativas democráticas à crise política : 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra 1993.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 67-89 – 2009.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia** - Ano IX – No. 17 – 2007, p. 19 a 46.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 4. ed. São Paulo : Quiron: Perspectiva, 1996.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Trad. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213-230.

LOUREIRO, Felipe Pereira. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

_____. João Goulart e a cúpula do movimento sindical brasileiro: o caso das Confederações Nacionais de Trabalhadores (1961-1964). **História** (São Paulo) v.36, e3, 2017.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre: Origem e Crescimento**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MATTEUCCI, Nicola. A opinião pública. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1998.

MATTOS, Marco Aurélio Vanucchi Leme de. Contra as reformas e o comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 149-168, janeiro-junho de 2012.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. Uma história da UNE (1945-1964). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 48, p. 382-387, maio/ago. 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263 – 2008.

MENDONÇA, Daniel de. A batalha discursiva dos deputados federais em Março de 1964. **História** vol.29 no.2 Franca Dec. 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

_____. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

_____. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v 20, 2014.

MOURA, Angelina Lopes de. **Reforma Agrária, cubanização/fidelização: a construção do discurso alarmista subjacente ao golpe militar de 1964**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Estudos Latino-Americanos, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista** / Gabriel da Fonseca Onofre. – 2012.156 f. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2012.

PEREIRA, Andreza C. I. ; PEREIRA, Mateus H. F. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e descontinuidades. **Tempo**, 30, 2009.

PETIT, Pere; CUÉLLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

PETRILAK, Vladimir. Kraenski, Mauro Abranches. **1964: o elo perdido – O Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista**. Campinas, SP: VIDE Editoria, 2017.

PHILIPPE, Arlindo Jr. Et. al. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri, SP. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Tibério Vargas. **Correio do Povo, o jornal influente do Estado em 1952**. Disponível em: < <http://projetos.eusoufamecos.net/memoria/correio-do-povo-o-jornal-influente-do-estado-em-1952/>>. Acesso em: 09 fev. 2019.

RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico**. São Paulo, editora ática, 1994.

ROSENDAUL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.s). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.

_____. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. **Tempo**. 2008. P. 199 a 217.

SANTOS, Boaventura De Sousa. (1988). Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (24), p. 139-172, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ed. 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SACK, Robert David. **Human Territoriality: Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno. **Travessia, revista do migrante**. Publicação do CEM – Ano XIII, número especial, janeiro/2000.

SILVA, Hélio. 1964: **golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÈ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Civilização Brasileira. 1966.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. **1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)**. Goiânia: UFG, 1990.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. 1980.

WILCKEN, Patrick. Império à Deriva. **A corte Portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.